



Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005

Meus amigos e minhas amigas,
Família brasileira,

Como já fiz outras vezes, venho neste momento, mais uma vez, conversar um pouco com vocês sobre o nosso país. Um pouco sobre o ano que passou e, sobretudo, sobre as nossas expectativas para o ano novo que está começando. Sempre tive o hábito de fazer uma espécie de balanço todo o final de ano. E como Presidente, quero também fazer isso com vocês.

Para começar, acho que é sempre bom olhar um pouco para trás e observar com atenção, o caminho que já percorremos, lembrando, inclusive, das dificuldades que enfrentamos; das nossas lutas pessoais e profissionais; dos sofrimentos que, por ventura, tivemos; dos erros que cometemos para que possamos valorizar mais as coisas boas que aconteceram e, sobretudo, as nossas conquistas.

Quero começar falando um pouco do ano de 2002, ano em que os nossos empresários não conseguiam crédito no exterior, tamanha era a desconfiança que o mundo tinha sobre o nosso país. Esse foi um ano difícil mas, ao mesmo tempo, muito importante para o Brasil, afinal, foi em 2002, diante de um momento extremamente complicado para a nossa economia; de um desemprego que só aumentava e da ameaça concreta da volta da inflação, que o povo brasileiro decidiu apostar na mudança e na busca de um novo caminho para o nosso país.

E esses momentos de decisão são sempre difíceis e delicados. Afinal, mudar sempre significa um risco. Um risco necessário, importante, mas sempre



um risco. E se a mudança não der certo? Mudar, portanto, significa sempre um ato de coragem e ousadia.

Locutor: 2002 foi o ano da mudança do Brasil e da coragem. O ano em que a esperança venceu o medo.

Presidente: 2003, eu diria que foi o ano da paciência. Para colocar o Brasil nos trilhos e retomar o tão sonhado crescimento econômico era preciso tomar algumas medidas duras, amargas até. Sem dúvida foi um ano de muito sacrifício para o governo e para todos os brasileiros. Mas não havia outra alternativa. As coisas no Brasil vinham de um jeito que, ou se arrumava a economia de uma vez reduzindo os gastos do país drasticamente, ou não conseguiríamos, adiante, fazer as mudanças e as reformas que pretendíamos, durante os anos seguintes.

O nosso governo, consciente das responsabilidades assumidas com o seu povo, não hesitou em fazer o que precisava ser feito. E, por isso, como não poderia deixar de ser, muitas pessoas não compreenderam algumas de nossas decisões, afinal, o que todos querem ver são resultados rápidos. Entretanto, o caminho que nós escolhemos não foi o caminho da rapidez, muitas vezes superficial. O caminho que escolhemos foi o caminho das mudanças verdadeiras e profundas, e essas demoram um pouco mais para mostrar os seus resultados. Mas quando esses resultados aparecem, são sólidos e duradouros. De qualquer forma, em 2003, contei com a compreensão e a paciência do povo brasileiro.

Locutor: 2003 foi o ano de arrumar a casa e de muitos sacrifícios. Foi o ano da compreensão e da paciência.

Presidente: 2004 já começou diferente. Eu diria que foi o ano da arrancada.



As medidas amargas tomadas logo no início do governo mostraram o seu acerto e, aos poucos, os resultados começaram a aparecer. Pouco a pouco a confiança internacional no Brasil foi voltando. E os empresários e comerciantes brasileiros também começaram a sentir que a nossa economia começava a tomar um novo rumo e que era hora de investir e de acreditar no Brasil.

O mundo se surpreendia positivamente, cada vez mais, com o esforço do novo governo brasileiro em controlar seus gastos, apertando o cinto e fazendo as coisas sem pressa e com segurança.

Atrair recursos internacionais para o nosso país, mais do que nunca era fundamental. E a melhor maneira de conseguir isso, no curto prazo, era aumentando as exportações, o que ajudaria também na criação de empregos.

Em dois anos visitei mais de 35 países, abrindo novos mercados para os produtos brasileiros. Ao mesmo tempo, aqui dentro, nossa indústria começou a produzir mais; nosso comércio começou a vender mais e, com isso, depois de muitos anos, o Brasil, ao invés de desemprego, começou finalmente a dar início a um novo ciclo de contratações, criando, somente em 2004, quase 2 milhões de novos empregos com carteira assinada, o que não acontecia há mais de dez anos. Enquanto isso, as nossas exportações continuavam batendo um recorde atrás do outro.

Vejam, não estou, de forma nenhuma, dizendo que os problemas do Brasil estão todos resolvidos. De jeito nenhum. Muita coisa ainda precisa ser feita e estamos fazendo, para que a nossa economia continue crescendo, gerando cada vez mais empregos de qualidade. E o mais importante, por um longo período. Chega de riscos, chega de sobressaltos.

Em 2004, o crescimento do país que era estimado pelo próprio governo em 3,5% surpreendeu a todos, ultrapassando a marca dos 5%, coisa que também não acontecia há mais de 10 anos.

E no final do ano, com as vendas de Natal superando as expectativas, certamente fechamos o ano com o pé direito.



Locutor: 2004, ano da arrancada, da volta do crescimento, da confiança e dos empregos de qualidade.

Presidente: Foi neste clima de otimismo que chegamos ao final de 2004, com o Brasil mais tranqüilo, mais confiante e, sobretudo, mais seguro quanto ao seu futuro.

Aliás, as últimas pesquisas de opinião deixam isso bem claro, quando mostram que a grande maioria do povo brasileiro prevê uma vida melhor em 2005, que já começa com duas boas notícias. Primeiro, o novo salário mínimo, que terá um aumento real, ou seja, um aumento acima da inflação de quase 10%, passando para 300 reais a partir de maio. Isso sem descuidar um só instante do controle da inflação, que é o que garante de verdade o poder de compra do seu salário.

Segundo, o governo está ampliando os recursos para seus investimentos na área de infra-estrutura e criando condições para a iniciativa privada investir pesado nessa área, através das parcerias público-privadas, que acabaram de ser aprovadas pelo Congresso e sancionadas por mim. Isso significa a recuperação e melhoria de estradas e ferrovias; modernização e ampliação de portos e aeroportos e construção de centrais elétricas que vão garantir a energia para o Brasil continuar crescendo por muitos e muitos anos.

Em 2005 o governo vai, também, aumentar bastante seus investimentos em educação, saúde e habitação, e melhorar ainda mais os seus programas sociais.

Estou muito otimista com 2005. Este é o grande ano para o país provar que é possível, mantendo a economia equilibrada e as contas públicas em ordem, garantir um crescimento econômico forte, com geração de empregos e distribuição de renda.



Locutor: 2005 será o ano dos investimentos na infra-estrutura do país, do aumento do emprego e da recuperação da renda dos brasileiros. E de grandes avanços na área social.

Presidente: Enfim, ao ver o nosso povo começar o ano novo tão cheio de esperança e de otimismo, não poderia, jamais, deixar de lembrar a todos vocês que tudo isso só foi possível porque lá atrás, em 2002, o povo brasileiro teve a coragem e a ousadia de apostar na mudança do Brasil, acreditando na esperança e não no medo.

Portanto, palmas para o povo brasileiro. Todos vocês que me escutam, neste momento, são os verdadeiros responsáveis por tudo de bom que está acontecendo com o nosso país.

Espero que tenham descansado e aproveitado as festas de final de ano juntamente com sua família, com saúde e paz, sobretudo, porque 2005 será um ano de muito trabalho.

Feliz Ano Novo Brasil, e que Deus nos abençoe, a todos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica Monte Claro-RS**

Veranópolis-RS, 11 de janeiro de 2005

Eu estava vendo os governadores que me antecederam falarem e estava imaginando a hora em que eu fosse chegar aqui, com esse arzinho virado para o meu lado. E ele está virado exatamente ao contrário.

Meu querido amigo Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu querido companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Deputado Vieira da Cunha, presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul,

Meu caro Sérgio Zambiasi, senador da República,

Senhora Maria do Rosário, minha querida companheira deputada federal,

Senhores deputados federais Francisco Appio, Francisco Turra, Osvaldo Biolchi, José Augusto Nardes, Marco Maia, que virou deputado recentemente; Mauro Passos,

Meu caro Valdir Andres, secretário estadual de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul,

Senhor Valdemar de Carli, prefeito municipal de Veranópolis,

Quem nunca tinha vindo a Veranópolis, eu aconselho, pela longevidade do povo desta cidade, eu espero que vocês levem pelo menos um pouco da água de Veranópolis ou, quem sabe, outras coisas daqui, para que a gente



possa viver mais também nas outras regiões do Brasil. Aqui, a média de vida é de 78 anos contra os 72 no estado do Rio de Grande do Sul. E eu penso que bem menos na minha terra. De qualquer forma, como eu vou levar água de Veranópolis e aquela cesta básica, pelo menos isso vai me permitir viver muito mais.

Senhor Wilson Ferreira Júnior, presidente do Grupo da Companhia Paulista de Força e Luz, CPFL,

Senhor Paulo Roberto Fraga Zuch, diretor-superintendente da CERAN – Companhia Energética Rio das Antas,

Senhor Antonio Carlos Brites Jaques, presidente da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica,

Senhor José Antunes Sobrinho, presidente da Desenvix,

Senhor Carlos Ermírio de Moraes, presidente do Conselho de Administração da CPFL

Senhor Rafael Nogueira de Freitas, presidente do conselho da Camargo Correa,

Senhor Lázaro Brandão, presidente do conselho do Bradesco,

Senhor Luiz Roberto Nascimento, vice-presidente da Camargo Correa,

Meu querido Sérgio Rosa, presidente da Previ,

Meu querido Silas, presidente da Eletrobrás,

Meus queridos companheiros deputados estaduais,

Prefeitos aqui presentes,

Meus queridos vereadores,

Secretários de estado,

Minhas amigas e meus amigos empresários,

Jornalistas,

Meus queridos companheiros do Rio Grande do Sul,



Para avançar neste novo ciclo de desenvolvimento sustentado em que ingressamos, o Brasil está investindo, e vai investir muito mais, em infraestrutura, em especial na geração de energia, sem a qual nenhum país pode crescer.

Para isso, elaboramos regras claras, juntamente com todos os segmentos da área, que hoje estão consolidadas em novo marco regulatório para o setor.

E temos nos empenhado em realizar uma gestão planejada e eficiente que tem racionalizado a utilização da nossa capacidade instalada e definido os rumos da maior geração de energia no Brasil.

É, portanto, com grande satisfação, que estamos aqui hoje, na “terra da longevidade”, inaugurando uma obra que atende não só a necessidades prementes, mas também ao desenvolvimento de longo prazo do nosso país.

Quero lembrar que o Complexo Energético Rio da Antas-Ceran, do qual faz parte a Usina Monte Claro, constitui-se no primeiro processo de avaliação integrada de bacia, realizada no país para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos energéticos. Esse processo teve a participação, e é importante lembrar, do nosso ex-governador Olívio Dutra, para que isso pudesse ter um bom início. Portanto, a obra seguiu rigorosos padrões de preservação do meio ambiente, o que deverá servir de referência aos demais projetos que estão sendo implementados pelo nosso governo.

Como já enfatizou a companheira Dilma, aos 130 megawatts de capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Monte Claro irão se somar novos 230 megawatts, quando entrarem em operação as outras duas usinas que integram o Complexo Energético Rio das Antas. No total, serão 360 megawatts de energia, o que permitirá atender a cerca de 10% da demanda do estado do Rio Grande do Sul.

A previsão, como vocês sabem, é de que o Complexo esteja concluído em 2007, devendo gerar, na construção das outras duas usinas, cerca de 3 mil



empregos diretos e 8 mil indiretos.

Não sei se vocês estão percebendo, mas o problema de fazer discurso por escrito é que como eu não tinha conversado com quem falou antes de mim, e nós estamos inaugurando a mesma obra, normalmente os números são repetitivos e não poderia deixar de ser diferente. Seria ruim se cada um citasse um número aqui para se mostrar mais autêntico do que o outro, porque vocês iriam falar: não participamos da inauguração de uma hidrelétrica mas, sim, de uma mentira porque cada um disse uma coisa. Então, é importante que a gente repita as mesmas coisas, sem termos conversado antes.

Isso sem contar com os 1.670 empregos diretos e cerca de 3.200 indiretos, gerados sobretudo em 2004, na construção desta Usina Monte Claro.

Além da importância geral desta obra, é preciso destacar os benefícios específicos que ela traz para esta região.

No período de execução do Complexo, o que inclui as três usinas, a receita gerada, em ISS, para estes sete municípios que estão aqui em volta, será de cerca de 4 milhões de reais. Acho importante que os prefeitos não comecem a gastar antes de receberem o dinheiro. É importante esperar cair no caixa para começar a gastar, porque senão poderão ser pegos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por terem gasto dinheiro que ainda não existia.

Com o início de operação das usinas deverão ser gerados cerca de 3 milhões e 700 mil reais por ano a título de royalties, que serão divididos meio a meio entre esses municípios e o estado do Rio Grande do Sul. Como o Estado é generoso, ele não vai querer a parte dele e vai dividir para os municípios ficarem com mais dinheiro.

E tem mais. Nova Roma do Sul, Veranópolis e Cotiporã, onde ficarão localizadas as casas de máquinas, vão receber ainda cerca de 4 milhões de reais de ICMS ao ano por conta da operação comercial das usinas.

Meus amigos e minhas amigas,

Esta inauguração está ocorrendo num momento em que já temos um



novo modelo para o setor elétrico brasileiro, mais seguro para investimentos.

Em dezembro de 2003, o BNDES aprovou financiamento de 435 milhões e 800 mil reais para o Complexo. Até então, as obras de Monte Claro, iniciadas em abril de 2002, vinham sendo tocadas com recursos próprios da Companhia Energética Rio das Antas, da CPFL Geração, da Companhia Estadual de Energia Elétrica e da Desenvix.

Quero enfatizar que a usina Monte Claro não é importante somente para o estado do Rio Grande do Sul, ela é importante para o Brasil.

Esta usina faz parte de um conjunto de 12 empreendimentos, 11 hidrelétricas e uma termelétrica, que entram em operação ainda este ano. Juntas, essas novas usinas vão incorporar 3.000 megawatts ao parque gerador nacional, o que representa um aumento de 4,4% na capacidade instalada.

Além disso, ainda neste ano estarão em construção mais 15 usinas hidrelétricas, que representam 4.742 megawatts de energia, investimentos da ordem de 2 bilhões e 500 milhões de reais e 28.400 novos empregos diretos e indiretos.

Também neste ano, o Ministério de Minas e Energia vai licitar a construção de outras 17 usinas hidrelétricas, com potencial para gerar mais 2.800 megawatts.

Tenham certeza de que vamos ter a energia necessária para sustentar o nosso desenvolvimento. O governo está totalmente engajado no esforço indispensável para ampliar os investimentos na infra-estrutura energética brasileira.

Meus amigos, minhas amigas,
Meu caro companheiro Rigotto,
Deputados, senadores, empresários.

Na verdade, eu não ia nem ler o meu discurso porque o que eu quero falar não está no discurso. Eu penso que é importante cada um de nós refletir o que nós queremos do Brasil para os próximos 10, 15 ou 20 anos.



Tinha um prefeito numa cidade de São Paulo, uma cidade de 3 mil, quase 5 mil habitantes, em que ele era pedreiro, e disputou muitas eleições até ganhar. Tinha tudo quanto é tipo de preconceito contra ele. Preconceito porque ele não era palmeirense, porque ele não era santista ou são paulino, porque ele era negro, porque ele era pobre, eu sei que esse rapaz comeu o pão que o diabo amassou. Um dia, eu fui visitar esse rapaz e ele me disse uma frase, e eu tenho pensado muito nela: “um homem ou um governo é do tamanho dos seus sonhos. Se ele pensa grande, ele realiza grande, se ele pensa pequeno, ele realiza pequeno”.

Por que eu estou dizendo esta frase? Porque o Brasil vive um momento tão extraordinário que nós não temos o direito de pensar pequeno. Nós não temos o direito de não acreditar que se o século XIX foi da Europa, se o século XX, foi dos Estados Unidos e, no final, foi da China, por que o século XXI não pode ser o século de transformar o Brasil numa verdadeira e grande nação respeitada no mundo inteiro?

E não será nenhum estrangeiro, não será nenhum chinês, nenhum americano, nenhum europeu e nenhuma outra pessoa de outro país que irá determinar esse novo momento do Brasil, esse novo comportamento da sociedade brasileira.

Quem vai determinar isso somos nós: governo, trabalhadores, empresários, cientistas. São aqueles que, verdadeiramente são os responsáveis pela construção do tipo de nação que nós queremos. Eu não vou discutir números econômicos, porque eu acho que ninguém aqui entende tanto como o nosso querido Lázaro Brandão de números econômicos e sabe perfeitamente bem que hoje é até muito cômodo para a gente dizer: as coisas estão indo muito bem, mas um ano atrás eram poucos os que tinham coragem de acreditar que o Brasil pudesse chegar em 2005 nas condições em que chegou. E ele chegou por duas razões fundamentais: primeiro, a seriedade com que nós tratamos as coisas no Brasil. Não prometermos o que não



podemos fazer, não gastar o dinheiro que nós não temos e não nos endividarmos mais do que já estamos endividados, porque quanto mais dívida mais dificuldade nós teremos de fazer os investimentos necessários.

A prudência de 2003 e a prudência de 2004 me permitem chegar em 2005, na inauguração de uma obra extraordinária como esta, e dizer para vocês: não tem por que 2005 não ser o ano mais importante da década neste país. Nós estamos preparados, com as contas do governo muito bem equilibradas, sem permitir que a euforia tome conta de nós para gastarmos aquilo que não temos, porque a mentira tem perna curta. Já vivemos outros momentos na história deste país que parecia que nós íamos deslanchar e, de repente, fomos dormir devendo 100 e acordamos devendo 400. Fomos dormir tendo 30 para receber e quando nos levantamos não tínhamos nada para receber. Nós não achamos que o Brasil deve passar por um susto outra vez. Nós não estamos pensando no Brasil para os próximas eleições, as próximas eleições serão consequência de um mandato que está estabelecido em lei. Nós fomos eleitos para governar quatro anos e para fazer por este país o que precisa que seja feito, porque se não dermos o passo certo agora, não iremos fazer a distribuição de riqueza que precisa ser feita neste país para acabar com a grande quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. E isso não será feito com facilidade, será feito com muito trabalho.

Não pensem que foi fácil aprovar o marco regulatório do setor elétrico, não pensem que não foram centenas de acusações, embates, críticas, às vezes denúncias caluniosas e, em nenhum momento, nós perdemos um milímetro de tranquilidade, porque estamos predestinados a não perder a chance que este país tem hoje de um ciclo de crescimento sustentável que possa durar 10, 15 ou 20 anos. E para isso nós precisamos de energia elétrica.

Nós precisamos de energia elétrica e ela pode ser feita de vários tipos, pode ser eólica, termelétrica, a gás, a diesel, biomassa. O Brasil, na produção das termelétricas, com a quantidade de água que nós temos, se tivermos



coragem de fazer os projetos bem feitos... onde não pudermos produzir 10 mil megawatts, produziremos 5 mil, 6 mil, porque também não queremos fazer um processo de degradação no nosso país. Nós queremos fazer as coisas tal como precisam ser feitas, e não culpem o Ibama, por favor, porque nós costumamos procurar um culpado, seja na casa da gente, quando um filho comete um erro, ao invés de a gente olhar se nós, os pais, somos os culpados, nós ficamos procurando o erro na casa do vizinho, nos amigos dos nossos filhos. Não adianta culpar o Ibama. O Ibama cumpre uma legislação que foi aprovada no nosso país, porque lamentavelmente o Brasil é assim, o mesmo Estado que dá com uma mão é o Estado que proíbe com a outra.

Então, se a gente quiser que as coisas sejam mais rápidas, nós precisamos mudar a legislação existente no país. Como eu acho que não precisa mudar, porque nós temos que ser mais responsáveis com o cuidado do Planeta, nós precisamos apenas colocar em prática um coisa que a Dilma tem colocado no governo, chamada “transversalidade” nos nossos procedimentos. Ou seja, quando a Dilma pensa em fazer uma hidrelétrica, ela não se senta com a sua turma sozinha para discutir, ela se senta com a sua turma, mas ela se senta com a turma do Ibama, com a turma no Ministério do Meio Ambiente, com a turma da Fazenda, para quando a gente definir que é aquele projeto, as coisas já estarem mais ou menos resolvidas. É por isso que nós vamos poder produzir a quantidade de megawatts que a Dilma citou aqui e que eu repeti agora.

E um desafio para os empresários. Nós acabamos de aprovar o projeto da PPP. Um ano e dois meses esperando ser aprovado. Foi um “disse que disse” tremendo, mas o Congresso Nacional, de forma madura, aprovou o projeto, ele agora está pronto.

Eu dizia ao Luiz, da Camargo Correa, que nós agora vamos começar a fazer o bom desafio aos empresários brasileiros, vamos começar a desafiar os empresários para começarmos a discutir os principais projetos de infra-



estrutura deste país. A recuperação dos 11 principais portos do país. Quem é, aqui, do Rio Grande do Sul, sabe a dificuldade de transportar ou de escoar a produção deste estado pelo porto de Rio Grande, que precisa ser recuperado. A nossa frota marítima foi rifada muitos anos atrás, e é preciso reconstruí-la; as nossas ferrovias foram privatizadas e não foi dada aos ganhadores da concessão a responsabilidade de fazê-las funcionar. Colocamos nas nossas prioridades. E este ano vamos definir os trechos da ferrovia que precisamos consertar.

Só para vocês terem idéia, Rigotto, em São Paulo nós temos, a 16 quilômetros do Porto de Santos, duas ferrovias que se encontram. Uma deveria permitir que a outra passasse ou cobrar uma coisa razoável; uma acha que o preço que se cobra é muito caro. Mas uma carga que está a 16 quilômetros do Porto de Santos, às vezes tem que esperar 48 horas parada até que haja permissão para que ela possa trafegar no trilho de uma outra empresa. Foi esse o processo de privatização e nós precisamos consertar, porque sem isso o Brasil não consegue dar os passos necessários para atender à sua demanda de crescimento interno que, este ano, se Deus quiser, vai chegar a 130 milhões de toneladas de grãos, e grande parte precisa escoar. Mas não apenas grãos e matéria-prima, nós, hoje, somos grandes exportadores de produtos manufaturados porque estamos aprendendo a vender a qualidade do povo brasileiro no exterior. E aí os empresários são peças importantes e fundamentais nisso.

Eu dizia para a Dilma: nós vamos ter que fazer, agora, em março ou começo de abril, um grande encontro de empresários brasileiros e estrangeiros para que a gente mostre um pacote de oportunidades de parcerias: quais são as estradas, quais são as pontes, quais são as hidrelétricas, quais são os gasodutos, quais são as coisas que o Brasil precisa, quais são as coisas que têm rentabilidade, quais são as coisas que os empresários podem fazer por conta própria, quais são as coisas que o BNDES tem que acionar em



investimento, quais são as coisas que nós temos que procurar investidores estrangeiros para colocar dinheiro aqui, porque se depender do Orçamento Geral da União, nós podemos fazer muito pouco neste país. E é preciso ter coragem para assumir essas coisas; é preciso ter coragem de dizer que este país não retrocederá; este país vai continuar crescendo, vai continuar crescendo de forma responsável e vai crescer este ano.

Eu, de vez em quando, não ironizo porque não é bom brincar com números, mas quando vejo os deuses das estimativas começarem, em janeiro, a dizer o que vai acontecer em dezembro, eu fico pensando: será que essas pessoas não acreditam? Será que nós somos estáticos, que não fazemos as coisas mudarem? Vocês estão lembrados que, no ano passado, a previsão era 3,5%? Não foi 3,5%, foi 5%. E este ano eu penso que poderemos crescer 5% ou um pouco mais. Vai depender da tomada de posição do governo para ser o indutor da confiança que vocês deverão ter nos projetos, nos marcos regulatórios e nos contratos que nós fizemos para que a gente possa, definitivamente, dormir toda noite sossegados, porque este país não será pego de sobressalto com nenhuma aventura irresponsável e, muito menos nós voltaremos a ter apagão.

A Dilma está tendo, nesta semana, que explicar a diferença entre apagão e incidente, entre apagão... não precisa explicar muito não, Dilma. Não precisa explicar muito não, porque o povo sabe que houve um tempo em que faltou energia porque estávamos com a nossa capacidade de oferta de energia superada pela demanda. E, hoje, o povo sabe que nós já temos mais energia do que a demanda, temos uma reserva e vamos produzir muito mais energia, porque sem energia a gente não consegue provocar nenhum investidor estrangeiro ou brasileiro a acreditar no investimento do país.

Portanto, eu quero terminar dizendo aos empresários aqui presentes, aos trabalhadores, a todos vocês: o momento é de acreditar neste país. Obviamente que tem eleições o ano que vem e, sempre que tem eleição,



muitas vezes a cabeça do político não pensa mais em nada a não ser na eleição. E aí, ao invés de pensar o futuro do país para daqui a 30 anos, começa a fazer curativos, começa a fazer obras imediatas que, às vezes não produzem nada ao longo do tempo. Nós não iremos fazer isso. Quem deve estar preocupado com a eleição de 2006 não sou eu, porque tenho um mandato até dia 31 de dezembro de 2006. O meu papel é cumprir com as minhas obrigações e fazer com que este país, mais uma vez, aproveite a chance que está sendo dada pela bondade deste povo, pelos acontecimentos em nível internacional. Eu quero dizer para vocês que não jogarei fora essa oportunidade. Essa oportunidade é ímpar, e se eu não sair pelo mundo defendendo este país e defendendo a crença que eu tenho no potencial de crescimento, quem irá sair pelo mundo defendendo?

Por isso eu quero agradecer a todos vocês e quero dizer que vocês não se arrependerão de fazer os investimentos que o país precisa, de acreditarem nas PPPs, de acreditarem nas parcerias que nós pretendemos fazer, porque todos nós, até no anonimato, passaremos pela história como aqueles que contribuíram definitivamente para o Brasil virar uma grande e definitiva nação e não mais um século de eterno país em via de desenvolvimento. Nós atingimos maioria política, a nossa democracia se constitui numa coisa sólida, as instituições funcionam corretamente, portanto, nós não temos o que temer. O que nós temos é que competir, porque ninguém dará ao Brasil o que o Brasil precisa se dar.

Muito obrigado e meus parabéns por esta obra extraordinária.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido ao presidente da Bulgária, Georgi Parvanov.

Brasília-DF, 12 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Georgi Parvanov, presidente da República da Bulgária,

Excelentíssima senhora Zorka Parvanova, primeira-dama da Bulgária,

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa, e sua esposa Mariza Campos Gomes da Silva,

Senhora ministra Ellen Gracie, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal,

Minha querida companheira Marisa Letícia,

Senhora Kamelia Kasabova, vice-presidente da Assembléia Nacional da Bulgária,

Senhores ministros de Estado da Bulgária e do Brasil,

Meu caro Samuel Pinheiro, ministro das Relações Exteriores em exercício,

Senhores embaixadores,

Senhores e senhoras integrantes das delegações da Bulgária e do Brasil,

Esta é a primeira visita oficial de um Chefe de Estado búlgaro ao Brasil, fato que por si só constitui um marco histórico nas relações entre nossos países.

Brasil e Bulgária mantêm laços tradicionais de amizade. Hoje, nossos países estão unidos por determinados valores e objetivos compartilhados.



Nossas sociedades vivem plenamente a democracia e nossos governos buscam promover o desenvolvimento nacional com ênfase na justiça social.

É conhecida de todos a contribuição de Vossa Excelência para a consolidação das instituições democráticas na Bulgária, o que despertou a admiração da comunidade internacional.

Outro valor que aproxima as nossas sociedades é a tolerância. Nossos países são modelos de convivência pacífica e construtiva entre etnias e expressões culturais as mais variadas.

Este valor é da maior importância para o Brasil. Nosso povo é formado por gente das mais diversas origens. Entre as nacionalidades que escolheram esta terra como pátria de adoção, o Brasil acolheu também expressivo contingente de nacionais búlgaros. Muitos deles se destacam em setores importantes da sociedade brasileira. A nossa ministra Dilma Rousseff é exemplo dessa realidade: filha de imigrante búlgaro, é ministra de Minas e Energia de meu governo.

Senhor Presidente,

Temos acompanhado com interesse a atuação internacional da Bulgária. Recordo os esforços da diplomacia de seu país em várias iniciativas para dirimir as tensões nos Bálcãs.

O Brasil reconhece igualmente o apoio constante que a Bulgária confere à Organização para a Cooperação Econômica do Mar Negro como projeto de integração regional aberta.

Em nosso encontro na manhã de hoje, já tive a oportunidade de parabenizá-lo pelo término das negociações para o ingresso da Bulgária na União Européia em 2007.

Brasil e Bulgária têm bem presentes os desafios com que se depara a humanidade neste século e que requerem maior efetividade por parte dos organismos internacionais. A reforma do sistema da ONU, inclusive do Conselho de Segurança, é parte essencial desse processo.



Hoje, o combate ao terrorismo, ao crime organizado transnacional e sobretudo à fome e à pobreza são questões que exigem ações urgentes e concertadas.

Em setembro do ano passado, organizei, juntamente com os presidentes Chirac e Lagos e o primeiro-ministro Zapatero, a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza.

Nosso objetivo era, e continua a ser, o de mobilizar a comunidade internacional para esse grave problema. Ele tem repercussões profundas não apenas do ponto de vista social, mas também no plano político. A reunião de Nova Iorque foi um bom começo de uma longa caminhada. Espero continuar contando com apoio do seu governo para o sucesso dessa iniciativa.

Senhor Presidente,

O comércio entre nossos países tem passado por um notável crescimento, em particular nos últimos três anos. Nos primeiros dez meses de 2004, nossas trocas alcançaram o patamar histórico de 190 milhões de dólares.

Ainda estamos longe de esgotar o potencial de nosso comércio. Queremos e podemos torná-lo ainda mais intenso e equilibrado, por meio da promoção do conhecimento recíproco e por iniciativas que envolvam diretamente nossos homens de negócio.

Vamos buscar conjuntamente soluções criativas para a diversificação das nossas pautas. O momento de crescimento por que passam nossas economias é ideal para essa dinamização.

Também a área cultural tem sido palco de grande atividade. Registro, com satisfação, a presença de estudantes brasileiros de música em seu país. E reconheço, com satisfação, que músicos búlgaros participaram da revitalização da Orquestra Sinfônica de Manaus. Esses profissionais, radicados no Brasil há vários anos, muitas vezes casados com brasileiros e brasileiras, certamente contribuem para o melhor conhecimento mútuo de nossas culturas e são



importante elo de ligação entre nossos países.

Senhor Presidente,

Esta visita é a celebração de nosso entendimento e amizade. É nesse espírito que convido a todos a erguer um brinde à saúde pessoal de Vossa Excelência e da senhora Parvanova e também à amizade e à prosperidade dos povos da Bulgária e do Brasil.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei nº 4.177/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação

Brasília-DF, 12 de janeiro de 2005

Eu quero cumprimentar o meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Nelson Machado, ministro interino do Planejamento, Orçamento e Gestão,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

O companheiro Berger, que está aqui representando a Casa Civil,

Cumprimentar os parlamentares,

Os reitores,

O Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras,

O senhor Ewaldo Nazaré da Câmara Silveira, coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional,

O nosso querido companheiro Sérgio Mendonça, que é o secretário de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

Quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras técnico-administrativos em educação,

Quero cumprimentar meus amigos, minhas amigas,

Quero dizer para vocês que eu não sei se vou ler tudo isso, mas acho que vou ler.



Deixem-me, primeiro, dizer uma coisa para vocês. Em 1993, eu era coordenador do Instituto Cidadania, lá em São Paulo, e resolvi constituir um grupo de sindicalistas do servidor público e da indústria, para que a gente pudesse discutir a possibilidade de estabelecer, no setor público, o contrato coletivo de trabalho.

Eu imaginava que seria possível estabelecer uma relação que fosse o nascedouro de um novo padrão de relação entre o governo e os servidores públicos, entre o Estado e a sociedade. E trabalhamos muitos e muitos meses.

Naquela época, a Luiza Erundina tinha saído da prefeitura de São Paulo e foi ser a coordenadora. Participaram as principais categorias de trabalhadores do setor público e também as principais categorias de trabalhadores do setor privado. Nós não tínhamos dinheiro e, na época, foi financiado por alguns sindicatos. E produzimos um texto chamado “Diretrizes Básicas para a Implantação do Contrato Coletivo de Trabalho no Serviço Público”. Mas, depois de aprovado o documento, nós constatamos, Tarso, que na verdade, não havia um preparo para debater aquele assunto, nem do lado dos prefeitos, nem do lado dos governadores, nem do lado dos sindicalistas, nós não tínhamos o hábito de fazer isso.

Só para vocês terem idéia da gravidade da coisa: desde a Proclamação da República, o ano passado foi o primeiro ano em que o governo federal conseguiu fazer acordo com todos os sindicatos de servidores públicos, menos com os companheiros da Andes que não quiseram assinar o acordo. São 115 anos de vida, e se a gente não tenta, não vai estabelecendo a cultura. E por que eu estou dizendo isso? Porque todo mundo aqui que é pai ou mãe, que tem filhos, sabe o que é carregar dois filhos no banco de trás de um carro, brigando por causa de qualquer coisa. E se for menina, muito pior ainda, a briga é dentro de casa, briga por roupa, é um negócio inacreditável. E muitas vezes as crianças brigam por nada. Quando chegamos em casa e vemos dois filhos brigando, a gente pergunta: por que estão brigando? É porque um



colocou a mão nas coisas que eram do outro, o outro pegou a máquina do outro, ou pegou o computador do outro, ou colocou uma meia do outro, ou seja, coisa que, teoricamente, poderia ser resolvida com meio minuto de conversa.

Se nós criarmos entre nós o hábito, primeiro, de acreditar que estamos sendo sinceros quando falamos “sim” e quando falamos “não”, e eu digo das duas partes, e tivermos paciência de sentar em torno de uma mesa e em torno dessa mesa for tentando tirar as nossas diferenças, nós vamos perceber que, ao longo de algumas conversas, a gente pode resolver muito mais problemas do que se entrar na disputa frontal, direta, em que as partes perdem até o ânimo de se sentar para conversar. É aquele negócio de colocar o pé na parede e dizer: “a minha verdade é absoluta, a do outro não vale nada”; ou seja, se a gente deixasse isso de lado e começasse a perceber o seguinte: “o que é possível fazer?” Primeiro, em função da veracidade, da honestidade, da seriedade da reivindicação. Segundo, e também do outro lado, da verdade e da veracidade, da capacidade orçamentária daquele que vai ter que assumir o compromisso de fazer o pagamento.

Se nós tivéssemos capacidade de criar, como tivemos no ano passado, essa tolerância sem que ninguém abrisse mão das suas convicções, nós poderíamos dar um avanço extraordinário nas negociações no Brasil. Acontece que muitas vezes nós, eu dizia sempre, eu não digo porque sou Presidente, quem me conhece há muito mais tempo e sabe da minha vida como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, sabe que toda vez que eu ia para um encontro, em qualquer estado do Brasil, eu dizia: é muito mais fácil a gente dizer “não” do que dizer “sim”; e é muito mais fácil a gente decretar uma greve do que parar essa greve.

Primeiro porque para decretar, qualquer um pode decretar. Para parar tem que ter liderança. Um cidadão pode chegar numa assembléia faltando 10 minutos para terminar, pode fazer um discurso e determinar que aquela categoria vá à greve, no setor público e no setor privado. Mas nem todos têm



autoridade para chegar numa assembléia e propor: “companheiros, nós temos que parar a greve porque a proposta é mais ou menos, é razoável. Porque o primeiro que gritar, lá embaixo, assusta o orador e ele prefere permitir que a greve termine por inanição, o que é, na minha opinião, a forma mais covarde de alguém ser dirigente sindical. É não ter coragem de dizer para a categoria aquilo que está na hora de fazer. E nós temos visto muito isso na história do Brasil.

Eu me lembro de uma assembléia de uma categoria importante, que eu, o Vicentinho, na época, era só presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e nós nos propusemos a ir ao local de trabalho, fazer uma assembléia com os trabalhadores para tentar convencê-los do que estava acontecendo e quais seriam os passos que deveriam ser dados. As pessoas não aceitaram e no dia seguinte acabaram a greve com base numa mentira absurda, nunca aconteceu o que foi prometido para os trabalhadores.

Então, eu acho, que se nós estabelecermos isso entre nós, a gente pode construir muito mais. Porque da mesma forma que um companheiro, seja o Marinho, presidente da CUT, seja um companheiro presidente do Sindicato dos Bancários, Petroleiro ou da Fasubra, se enche de razão para ir dizer aos trabalhadores: “não vamos aceitar”; dependendo do nível da discussão, o Ministro se enche de razão para dizer: “não vamos negociar”. E aí, todo mundo conhece aquela brincadeira em que “nêgo” estica a mão e fala: “quem ‘relar’ aqui primeiro ganha a disputa”.

Eu acho que no ano passado o Sérgio Mendonça teve um papel extremamente importante, não sei se é por isso que ele está com o cabelo mais branco, mas ele teve um papel muito importante, junto com mais sete ministros, é importante lembrar. Sete ministros dos quais seis eram sindicalistas, e dos bons sindicalistas que o Brasil teve, que conseguiram chegar a um patamar senão bom, porque nós nunca vamos fazer aquilo que é o ótimo, é sempre importante que a gente tenha uma coisinha para reclamar no



ano seguinte. Mas a gente deu um passo extremamente importante.

É por isso que eu acho que o que nós estamos fazendo hoje, sancionando esta lei, é um passo importante.

Eu quero dizer para os companheiros sindicalistas que eu não espero que vocês estejam contentes, sempre achando que está tudo resolvido, porque o dia em que vocês chegarem a essa conclusão não tem nem razão mais de ter sindicato. O que eu quero é que a gente não perca o bom senso para estabelecer todas as discussões possíveis, e até as impossíveis, até que a gente possa ir subindo degrau por degrau e construir uma base sólida em que a máquina pública seja tratada dignamente por qualquer que seja o governo, como é em qualquer democracia sólida no mundo. No mundo mais velho do que nós, para não dizer mais desenvolvido, mas mais velho do que nós, nós percebemos que, independentemente de quem seja o governo, tem uma máquina pública que funciona perfeitamente bem. E todo mundo sabe qual é o valor da máquina pública, todo mundo sabe qual é o valor e o papel daqueles que ganham as eleições e vão governar por um prazo determinado.

Aqui no Brasil, desde o começo da década de 90, do final da década de 80, ser funcionário público era sinônimo de coisa ruim. Se o cidadão ganhasse 500 reais por mês, já era chamado de “marajá”. Por quê? Porque se pegava como paradigma a miséria, muitas e muitas vezes o funcionalismo público brasileiro foi tachado de “marajá”, porque se pegava como paradigma “tantos milhões de desempregados”, “tantos milhões de famintos”. Ora, para esses, um cara que ganha 100 já é “marajá”. E vamos ser francos, foi um período extremamente difícil, em que muita gente, muitas vezes, tinha até vergonha de dizer que era servidor público, porque era sinônimo... de vez em quando colocam a manchete: “fulano de tal ganha 20 mil reais por mês.” E isso bate um carimbo nas costas de todo mundo, achando que todo mundo ganha aquilo, quando, na verdade, tem uma grande maioria que ganha aquém do que a dignidade da profissão exige que a pessoa ganhe. Na maioria das vezes.



Então, esse é um início bom, de se começar a recuperar e a despertar dentro da consciência de cada um de vocês a idéia de que o primeiro passo está sendo dado para que a gente possa começar um processo de justiça na carreira do servidor público brasileiro, sobretudo nas nossas universidades, que foram colocadas para escanteio durante muitos e muitos anos na história deste país.

De vez em quando vocês lêem na imprensa dizendo assim: “ah, porque esse governo fala que é tudo a primeira vez, é tudo a primeira vez.” Eu não gostaria que fosse tudo a primeira vez, mas é quase tudo a primeira vez. Por exemplo, é a primeira vez que acontece um ato como este em muitos e muitos anos de República.

Nossa querida Gazzola esteve aqui conosco. Foi a primeira vez, na história da República, que um presidente da República reuniu-se duas vezes com todos os reitores das universidades federais. Isso é o mais simples de fazer, mas não se fazia. E nós, então, resolvemos fazer. E foi esse fazer, foi essa quantidade de reuniões que foram feitas, às vezes cansativas, muitas vezes vocês têm que se deslocar do estado de vocês e vir para cá, nem sempre têm dinheiro para pagar uma diária de hotel e, quando têm, o sindicato fica pagando a dívida no ano seguinte.

Foi essa vontade de vocês que permitiu que a gente pudesse chegar onde nós chegamos. Como disseram os dois companheiros: “é muito, mas não é tudo.” E quem sabe seja pouco, ainda, diante do que nós temos que fazer para consolidar definitivamente um funcionalismo público que possa ser tratado com respeito e com decência neste país.

Já foi dito aqui que esta lei que nós sancionamos hoje representa uma conquista de uma coisa histórica. E tem que ser trabalhada para ser aperfeiçoada.

Mas é importante lembrar a vocês, sobretudo à nossa querida imprensa brasileira, que nós estamos criando o plano de carreira para os 151 mil



servidores técnico-administrativos que compõem os quadros de pessoal das universidades federais, escolas técnicas e agrotécnicas, e centros federais de educação e tecnologia.

Todos que conhecem a máquina administrativa têm motivos para se orgulharem dos servidores públicos brasileiros. Essa é outra coisa, para mim, impressionante: a qualidade do funcionalismo público brasileiro. Pode ter destoamento em qualquer lugar, mas tem até em time de futebol, tem o bom, tem o ruim, mas eu diria que é para cima da média a dedicação que as pessoas têm, que os servidores públicos brasileiros têm.

A iniciativa privada tem fama de que lá se trabalha muito e não se ganha tanto. Os servidores públicos têm uma fama contrária: a de que ganham muito e trabalham pouco. Durante dez anos isso foi vendido para a sociedade brasileira: o servidor público é aquele que não trabalha e ganha muito; a iniciativa privada são aqueles que trabalham muito e ganham pouco. É só vocês pegarem, aqui do Palácio do Planalto, 50 profissionais da mais alta competência e compararem com o salário da iniciativa privada que vocês vão perceber que os nossos ganham um terço do que ganham os da iniciativa privada. E o que me impressiona é a dedicação das pessoas.

Por isso, eu acho que nós estamos dando um passo importante em fazer este reconhecimento público de uma coisa que esteve escondida durante tanto tempo na história administrativa do Brasil.

A verdade é que no serviço público se trabalha muito e se formam profissionais da mais alta competência que, muitas vezes, não recebem uma remuneração condizente. E aí, muitas vezes, as pessoas vão para a iniciativa privada.

O estado brasileiro tem contenciosos históricos com seus servidores que não são fáceis de resolver em poucos anos. São dívidas de mais de três décadas que vêm se acumulando. A diferença é que o nosso governo está empenhado na construção conjunta de uma base sólida para resolver esses



problemas.

O ano de 2004, nesse sentido, tornou-se um marco: foi o primeiro ano na nossa história republicana em que houve um amplo acordo coletivo entre os servidores públicos brasileiros e o governo, assinado por todos os sindicatos – com exceção dos companheiros da Andes, como eu já disse agora há pouco.

Criamos a Mesa nacional e as setoriais de Negociação Permanente, com a participação de sete ministros, e estamos estabelecendo um novo padrão de relação entre o governo e o funcionalismo público, que deve começar outra vez com a Mesa de Negociação.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Com a sanção desta Lei, nosso governo cumpre o acordo firmado – através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação – com entidades representativas dos servidores públicos. Entidades como a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE.

Avançamos, assim, com a nossa política de revitalização e valorização das carreiras e das remunerações no âmbito da Administração Pública Federal.

Quero destacar aqui alguns pontos essenciais desta Lei, que passa a beneficiar, tanto do ponto de vista funcional quanto salarial, ampla parcela de servidores, definindo o seguinte: 1 – o Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em Educação; 2 – atribuições gerais dos servidores; 3 – as condições de ingresso e as formas de desenvolvimento; 4 – a remuneração e o enquadramento dos atuais servidores; 5 – as etapas de implantação do novo Plano.

A Lei garante ainda que os quadros de pessoal das instituições federais de ensino serão estruturados, geridos e periodicamente revistos em conformidade com princípios que assegurem o seguinte: o reconhecimento da natureza do processo educativo, da função social e dos objetivos do Sistema



Federal de Ensino; a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração; a qualidade do processo de trabalho; a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; o desenvolvimento do servidor no cargo vinculado aos objetivos institucionais; a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, inclusive a educação formal; a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico; e a oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência.

Minhas amigas e meus amigos,

O compromisso com a verdadeira democratização do acesso ao ensino superior e com uma educação de qualidade constitui prioridade básica de nosso governo.

Diante das novas demandas que a educação no Brasil apresenta, não era mais possível manter a estrutura do plano de cargos até aqui existente.

Os servidores técnico-administrativos são parte fundamental das nossas universidades, das escolas técnicas e dos centros de educação tecnológica.

O conhecimento gerado nesses locais é cada vez mais necessário e estratégico para a continuidade do desenvolvimento sustentado em nosso país. São muitas, assim, as razões que me trazem enorme alegria ao sancionar esta Lei.

Quero dar os meus parabéns e agradecer ao Congresso Nacional, na figura dos deputados aqui presentes, que compreendendo a importância do projeto remetido à sua apreciação em setembro do ano passado, prontamente o discutiu e o aprovou.

Parabéns aos servidores, aos dirigentes das instituições federais de ensino, à Fasubra e ao Sinasefe, e também a todos os Ministérios que se empenharam com afinco nas negociações que resultaram nesta Lei.

Eu quero terminar dizendo para vocês: este passo que nós demos foi



vigoroso e extremamente importante, e eu tenho certeza que daqui para a frente só há uma única possibilidade, que é a gente dar mais um passo para a frente e nunca um passo para trás.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto**

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2005

Meu querido companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,
Meu companheiro Luiz Furlan, ministro da Indústria, Desenvolvimento e
Comércio Exterior,

Minha companheira Marisa,

Meus companheiros ministros presentes, aqui, nesta solenidade,

Minha demonstração do apreço que o Sebrae nutriu em todos nós,

Meu querido Silvano,

Meu querido Paulo Okamoto,

Meus queridos companheiros dos conselhos estaduais do Sebrae, do
conselho federal,

Meu caro Armando Monteiro, presidente do Conselho Deliberativo do
Sebrae,

Meus amigos e minhas amigas,

A nominata é muito grande, se eu for ler, consome metade do meu
discurso, aqui,

Quero cumprimentar o Presidente da Embrapa,

Quero cumprimentar o líder do governo na Câmara dos Deputados,

Quero cumprimentar todos os deputados aqui presentes,

Quero cumprimentar o senador Romeu Tuma,

O governador do Acre, Jorge Viana,

Meus companheiros e companheiras,

As micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental



na economia brasileira.

Falo isso não só porque elas geram mais da metade dos empregos formais urbanos como também porque representam, juntas, a imensa maioria das empresas em funcionamento no país.

Nós sabemos que, muitas vezes, é no pequeno negócio – uma oficina mecânica, um salão de beleza, uma loja – que muitos brasileiros e brasileiras conseguem demonstrar suas excepcionais qualidades: enorme capacidade de trabalho, muita criatividade e infinita persistência.

Sempre acreditei que as micro e pequenas empresas têm a particularidade de gerar, ao mesmo tempo, renda, emprego, auto-estima e esperança.

Não foram poucas as vezes em que, no passado, debatemos sobre isso, Paulo Okamoto e eu, inclusive no período em que ele esteve na presidência do Instituto Cidadania, e também nestes dois últimos anos em que já estava na diretoria do Sebrae.

Nosso governo tem se empenhado em fortalecer cada vez mais esse setor, criando um ambiente favorável, seguro e desburocratizado para que os pequenos e micro empresários tenham maior facilidade de obter crédito e receber assistência gerencial e técnica.

Quero destacar algumas iniciativas que demonstram claramente o quanto já avançamos nesse objetivo.

Em setembro do ano passado, após profunda interlocução com a sociedade e com governos municipais e estaduais, enviamos ao Congresso um projeto de lei para facilitar a abertura e a continuidade de empresas que faturam até 36 mil reais por ano.

O principal objetivo é o de reduzir o alto grau de informalidade que ainda existe no setor, tanto de empresas não legalizadas quanto de empregados sem carteira de trabalho.

Com a nova lei, essas empresas pagarão menos impostos, terão



menores encargos trabalhistas e previdenciários, e dependerão de muito menos burocracia.

Essa iniciativa demonstra que é possível, sim, reduzir os fatores que mais pesam para o insucesso de muitos empreendimentos de pequeno porte, combatendo firmemente a burocracia e criando benefícios tributários.

Outra ação importante ocorreu em novembro do ano passado, quando lançamos o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Organizado. Com ele, pequenos empreendedores poderão obter não só um financiamento de até 5 mil reais, de recursos provenientes do FAT e do sistema bancário, mas também terão acesso à assistência técnica e comercial.

Eliminamos, assim, uma série de entraves à existência e ao funcionamento das instituições de microfinanças e ao processo de tomada de crédito pelos pequenos empreendedores, tornando o ambiente econômico muito mais favorável ao empreendedorismo.

É importante lembrar que essas iniciativas, diretamente voltadas aos micro e pequenos empresários, foram adotadas após a implantação de contas populares para cidadãos de baixíssima renda, há cerca de um ano e meio. De lá para cá, quase quatro milhões de pessoas que nunca tinham tido a oportunidade de entrar em uma agência bancária passaram a ter conta corrente. Sem falar no verdadeiro choque de crédito popular que estamos dando no país. Nada menos que 30% da rede urbana brasileira não tinha sequer uma agência bancária.

Hoje todos os municípios e pequenas localidades estão sendo cobertos por correspondentes bancários de instituições públicas, instalados em padarias, mercearias, vendas e outros pequenos comércios.

O nosso companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal é um dos responsáveis pelo sucesso da bancarização de milhões de brasileiros.

Na verdade, estamos construindo um mercado nacional de microcrédito.



O empréstimo com desconto em folha, para trabalhadores assalariados, é a modalidade de crédito que mais cresce na economia hoje, injetando maior competição no mercado financeiro.

O juro nessas operações é inferior à média do mercado e 17 milhões de aposentados e pensionistas passaram também a desfrutar desse direito, o que significa que para os pobres os juros estão um pouco mais baixos.

Até o final de novembro, mais de 11 bilhões de reais já tinham sido emprestados a trabalhadores assalariados. Com os aposentados e pensionistas tendo acesso a esse tipo de crédito, mais 30 bilhões de reais poderão vir a fortalecer o consumo de massa, impulsionando mais ainda o crescimento brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero deixar claro que boa parte do que estamos fazendo seria impossível se não contássemos com uma instituição como o Sebrae, da qual me orgulho como cidadão e como Presidente da República. Sua participação tem sido, e continuará sendo fundamental, não só na elaboração de projetos para o setor, mas também na sua execução.

A experiência de mais de 30 anos de serviços prestados nessa área e a sua enorme capilaridade – o Sebrae tem pontos de atendimento em mais de 600 municípios – fazem com que os seus profissionais conheçam como ninguém a realidade, as necessidades e as dificuldades dos nossos empreendedores.

Vejo o Sebrae como uma espécie de bússola para aquelas pessoas que buscam trilhar os caminhos do empreendedorismo. É ali que dezenas de milhares de cidadãos e cidadãs conseguem obter a capacitação necessária para produzir ou comercializar suas mercadorias e serviços. É ali que têm aprendido, igualmente, a entender melhor as regras do mercado, a escolher o tipo de negócio mais adequado às suas características e à região onde pretendem atuar.



É graças a esse tipo de formação que muitos pequenos e micro empresários brasileiros adquirem a confiança necessária para buscar financiamentos e ampliar seus negócios.

Tenho a certeza de que essa função do Sebrae está se tornando cada vez mais importante, devido às próprias transformações que estão ocorrendo no Brasil.

Entramos num novo ciclo de desenvolvimento sustentado da nossa economia, em que o crescimento das exportações e também do mercado consumidor interno tem gerado, e vai gerar mais ainda, muitas oportunidades para quem quer empreender ou ampliar o seu próprio negócio.

São os serviços prestados pelo Sebrae que fazem com que muitos cidadãos e cidadãs aproveitem cada vez mais essas oportunidades, conseguindo assim não só uma vida melhor, mas contribuindo também para o crescimento do nível de emprego, transformando o Brasil em um país cada vez melhor e mais justo.

Paulo Okamoto, companheiro de muitas lutas e de muitas vitórias, também de muitas derrotas, pelo seu compromisso profissional e experiência administrativa em diferentes organizações, chega agora à presidência do Sebrae. Antes do Sebrae, o Paulo Okamoto tinha sido tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o que não é pouca coisa. Ele chega à presidência do Sebrae, certamente, para aprofundar ainda mais a contribuição que vem dando, nestes dois últimos anos, na diretoria da instituição.

Ao Paulo, novo presidente, e ao César Rech, que está vindo do Ministério do Desenvolvimento para assumir a diretoria de Administração e Finanças, eu dou os meus mais sinceros votos de boa sorte em suas novas funções.

Eu não tenho dúvida, Paulo, de que se você conseguir imprimir o ritmo de trabalho e a cobrança que você imprimiu em todos os lugares em que você



passou, eu não tenho dúvida de que o Sebrae será coroado de sucesso nessa sua administração.

E a todos os demais dirigentes e funcionários da instituição, em especial ao Silvano Gianni, que deixa o cargo de diretor-presidente, e aos companheiros Armando Monteiro e Luiz Barbosa, que continuam na diretoria, quero estender os meus parabéns por terem contribuído para elevar ainda mais a posição e o papel do Sebrae em nosso país.

Meus amigos e minhas amigas,

Na verdade, era para eu ter vindo aqui apenas para fazer alguns elogios à nova diretoria do Sebrae. Mas eu não poderia deixar este recinto sem falar um pouco do otimismo e das coisas que eu acredito que estão e irão continuar acontecendo no Brasil. Primeiro, quero dizer para vocês que não há lugar neste país, neste momento histórico, para o pessimismo. Não há lugar para aqueles que não acreditam que através da sua própria força, através da sua própria ação, este país não possa continuar crescendo, gerando riquezas, gerando renda e gerando oportunidade de melhoria da qualidade de vida dos nossos trabalhadores, das nossas empresas e da nossa sociedade.

Neste mês de janeiro, possivelmente, eu tenha recebido mais informações de investimento de empresas no Brasil do que recebi durante seis meses do ano passado. E olha que o ano passado foi um ano extremamente promissor de investimentos de empresas brasileiras acreditando no Brasil. E neste mês de janeiro, por diversas vezes, nestes poucos dias do mês de janeiro, já recebi pelo menos uma dezena de empresas anunciando grandes investimentos no Brasil, ora em obras de infra-estrutura, ora no setor siderúrgico, ora no setor de mineração, numa demonstração de que as pessoas estão acreditando, de forma definitiva, que em nenhum momento nós brincamos quando nós falávamos que o Brasil entrou num novo ciclo de crescimento sustentado. E não é apenas o agronegócio que cresce, não é apenas a grande empresa que exporta. Os pequenos empresários que tiveram



a experiência de viajar conosco para vários países, a começar do Oriente Médio e África, eu tenho me encontrado com muitos pelo país afora que, depois daquela visita, já estão exportando alguns milhões de dólares para aqueles países. E por que isso? Porque nós resolvemos tomar a ofensiva.

Eu nunca fui santista, sou corintiano, mas no tempo em que o Santos tinha uma linha, que tinha Durval, Mengálvio, Coutinho, Pelé e Pepe, o Santos dizia o seguinte: a melhor defesa é o ataque. Vamos partir para cima do adversário que a gente pode sofrer um gol, mas a gente marca quatro ou cinco e a gente ganha o jogo.

O Brasil fez isso. Nós deixamos de ser um agente passivo na economia mundial para nos tornarmos um agente muito ativo na economia mundial, para não ficarmos dependentes das duas grandes economias globalizadas, de um lado a União Européia, de outro lado, os Estados Unidos, e procurar parceiros do mundo inteiro, alguns inclusive com muita similaridade com o Brasil, em vias de desenvolvimento, onde o potencial de penetração do Brasil é muito maior do que o de uma economia já solidificada e desenvolvida como a da União Européia e a dos Estados Unidos.

O Furlan sabe que não faltaram pessimistas para dizer: “esse negócio de este país estar se metendo a fazer parceria estratégica com China, Índia, África do Sul, procurando o Oriente Médio, tentando integrar a América do Sul, criando o G-20, eles vão arrumar uma briga com os Estados Unidos e isso não vai ser bom para o Brasil.”

Primeiro, nós nunca tivemos idéia ou intenção de brigar com os Estados Unidos, até porque seria quase como rasgar nota de 100 dólares, já que eles são individualmente o melhor parceiro comercial nosso. Jamais seríamos loucos de brigar sem lembrar a importância que eles têm, de duas mãos: a de investimento, aqui, no Brasil, e a de compra dos produtos brasileiros.

Então, nós não iríamos brigar com esses países. Tivemos um pouco, quem sabe, da minha experiência sindical mas, sobretudo, da experiência de



negociador do Furlan, porque antes de eu ganhar as eleições eu queria um mascate para colocar numa secretaria especial, eu queria criar uma secretaria especial de comércio exterior. Então, eu sempre trabalhei com a imagem do mascate, aquele que chegava com uma sacola no portão da gente e batia palmas; a mãe da gente dizia que não queria, “não vou atender”, ficava lá dois minutos e voltava com uma trouxinha de roupa debaixo do braço para pagar em 30 meses, 20 meses.

O que nós fizemos? Foi exatamente isso, ou seja, na medida em que nós temos blocos economicamente fortes e sólidos – e não adianta o Brasil ficar chorando e dizendo: “nós somos um país em vias de desenvolvimento, nós temos criança de rua, nós temos violência”, que eles vão ter dó de nós – nós precisaríamos criar alternativas para que eles descobrissem que nós não éramos tão dependentes como eles imaginavam. E fomos criando parcerias, fomos visitando.

Eu visitei 35 países em dois anos, o Furlan visitou 50 países em dois anos. Onde se apresentou uma oportunidade de negócio, ora de um lado estava o Furlan, ora de outro lado estava o Celso Amorim, ora de outro lado estava o companheiro Roberto Rodrigues com a soja, com o milho, com uma coisa debaixo do braço, com carne.

Eu me lembro de uma reunião que nós tivemos aqui com o Primeiro-Ministro japonês. E um pouco antes da reunião eu fiquei sabendo que fazia 27 anos que o Brasil tentava vender manga para o Japão, e que não comprava por preconceito contra o “bicho da mosca” que tem na manga. Nós, aqui, do Brasil não estamos ligando para isso, não. nós comemos com tudo. Mas eles têm mais requinte. A primeira coisa que o Furlan fez, porque o Furlan parece aquele beque central, aquele famoso Procópio que era do São Paulo, que era do Cruzeiro, que tentava quebrar o Pelé em todo jogo.

O Furlan de vez em quando parece o Procópio, ele já entrou chutando a canela e dizendo: “por que não compra nossa manga?” Conclusão: meia hora



depois o Primeiro-Ministro japonês anunciou para o Gushiken – e saiu agora a primeira carga de manga para o Japão – que iria comprar manga brasileira; porque chegou no almoço: “quer sobremesa?” “Quero”. “Vai chupar manga de boa qualidade.” Vejam, se nós, que queremos vender, não mostrarmos o nosso produto, ninguém vai comprar nossas coisas.

Bem, depois nós fizemos o mesmo com os chineses em relação à nossa carne. Vamos fazer com os japoneses, porque nós temos que vender os nossos produtos e nossas empresas.

Em julho, nós vamos ter a “Semana do Brasil na França.” Ela pode ser uma semana formal, em que eu vá lá com alguns ministros, o Gilberto Gil, me encontre com o Chirac e fazemos o desfile do dia 14 de julho. Vou visitar a prefeitura, tomamos um vinho e acabou o negócio. Pode ser isso. Mas ela também pode significar o Brasil ocupar Paris por uma semana, ocupar com nossos produtos, ocupar para fazer o francês entender que se eles são especialistas em culinária, eles vão ter que comer um pouco da comida brasileira para saberem quanta “sustança” tem na nossa comida. E isso nós temos que fazer, nós temos que motivar os nossos empresários a ir vender as coisas lá. Nós temos que montar feira de frutas, nós temos que montar feira de pequenos negócios.

É uma semana para a gente mostrar que existe, porque senão a semana passa despercebida. Já tem coisa acontecendo, já tem cadeia de supermercado brasileiro fazendo propaganda do Brasil, mostrando as coisas do Brasil. E os franceses são tão leais que eles não quiseram que a gente escrevesse Brasil em francês. Eles exigiram que escrevêssemos em português mesmo, “Brasil”, do jeito que nós escrevemos e lemos, que é para caracterizar mesmo a semana do Brasil na França. É com esse espírito que a gente tem que viver o ano de 2005.

Primeiro, o Armando Monteiro é prova: neste país já teve muitos presidentes da República ligados aos empresários. Mas eu duvido que em



algum momento os empresários tiveram a abertura de negociação e conversação que têm no nosso governo. Não há espaço para reclamar que eu não convoco uma reunião para a gente debater e tirar a diferença. Fizemos duas reuniões com todas as federações de empresários do Brasil. E parte das mudanças que nós fizemos, de desoneração, foram sugestão dos empresários, numa reunião feita em Brasília e em outra feita em Minas Gerais.

Agora vamos fazer reuniões também com as federações do comércio do Brasil inteiro. E, se quiserem, vamos organizar reuniões com os pequenos empresários. É preciso acabar com essa mania de que o governo sabe tudo. O governo tem idéia de que sabe de alguma coisa, mas a verdadeira sabedoria está em sabermos ouvir aqueles que verdadeiramente vivem o problema do dia-a-dia. Não é a Receita Federal, não é Tesouro, não é o Presidente, não é o Ministro da Indústria, é a sociedade que vive a coisa e, portanto, ela pode nos ensinar, e muito.

Nós temos que aproveitar esse momento, que é singular para o Brasil. É um momento singular, é um momento em que a gente não tem que ter motivos, meu querido dr. Armando Monteiro Filho, que é mais importante do que o Armando Monteiro Neto. É o pai dele, obviamente que é mais importante do que o filho, porque viveu este país, foi ministro do João Goulart. Este país está vivendo um momento singular. Falta muita coisa para fazer, mas falta mesmo, porque os problemas se acumularam ao longo de muitos e muitos anos. Nós não vamos jogar essa oportunidade.

Eu tenho dito ao Paulo Okamoto já há uns dois anos: Paulo, não fique com vergonha, se tiver uma proposta de alguma coisa, traga, vamos discutir. O Furlan é sensível. Foi por isso que nós já aprovamos no Congresso a inovação tecnológica, a política industrial, é por isso que nós aprovamos o PPP. Fala-se muito mal do Congresso, mas eu quero aproveitar os deputados aqui para dizer que o Congresso tem sido um contribuinte extraordinário na consolidação das coisas, levando em conta que cada um tem um tempo para tomar as decisões.



Então, Paulo, eu queria dizer a você, meu caro, que aproveite esta oportunidade, coloque não o seu coração, mas a sua inteligência na ponta da chuteira, como faz um bom jogador, e aproveite para fazer, inspirado naquilo que você aprendeu com o Silvano, inspirado naquilo que você aprendeu com outros companheiros do Sebrae que já passaram, muito antes de nós, e procure fazer, Paulo, senão a melhor, mas a mais extraordinária gestão que o Sebrae já deu. Fica difícil, mas é muito mais fácil a gente fazer o melhor se a gente procurar...

Ao meu querido Silvano, eu quero agradecer pela lealdade nesses dois anos. E quero terminar contando uma coisa. No dia 10 de dezembro de 2002 eu estava parado no aeroporto de Boa Vista e ia para Washington, a convite do governo americano. E recebi um telefonema do companheiro José Dirceu, que tinha tido uma reunião com o Fernando Henrique Cardoso e precisava indicar a direção do Sebrae. Caramba, como indicar se nós não tínhamos feito um debate, convocado uma assembléia para debater. Aí o José Dirceu falou para mim: “olha, o presidente Fernando Henrique Cardoso está propondo, era importante que o presidente eleito escolhesse, porque vai ser na gestão dele, mas se você não tiver nome, ele está propondo o Silvano e gostaria que você indicasse um companheiro para ser tesoureiro. Na hora, veio o Paulo Okamoto, que tinha sido tesoureiro do Sindicato. Eu falei isso, já embarcando: “Zé, converse com o Paulo Okamoto e apresente o nome para o Fernando Henrique Cardoso.” Foi assim que o Silvano e o Paulo Okamoto viraram presidente e tesoureiro do Sebrae. E eu acho que foi uma coisa extraordinária, o que ficou demonstrado nessa ação do Silvano com o Paulo Okamoto, e nesse público que está aqui, porque aqui não tem apenas pequenos ou micro empresários, aqui tem grandes empresários, muitos ministros, grandes comerciantes, muitos deputados importantes, senadores, tem muita gente importante, tem vários metalúrgicos de São Bernardo. Estou vendo o Isawa, estou vendo o Tarcísio ali, estou vendo o Pegado aqui, presidente do PGT, ou



seja, vocês conseguiram fazer uma boa salada de frutas neste encontro de vocês. Uma coisa saudável, uma demonstração de que nós estamos, na prática, consolidando a democracia para quem quiser ver, é a convivência democrática entre pessoas, entre os mais diversos setores da sociedade.

Vejam, o Menegueli está aqui, presidente do Sesi. Grande parte dos companheiros que eu conheci passaram a vida inteira querendo destruir o Sesi. Agora estão aqui, dirigindo o Sesi. Diga-se de passagem, viu Armando, quem foi deputado constituinte sabe, o Sigmaringa foi e sabe que, de vez em quando, aparecia alguém no Congresso Nacional e falava: “vamos acabar com os ‘S’.” Como eu sou formado pelo Senai, e foi o curso do Senai que me deu a linha mestra para chegar à Presidência da República, eu dizia: nós não vamos acabar com os “S”, o que nós precisamos é fazer desses “S” o “S” social que todos nós sonhamos.

Muito obrigado,

Boa sorte, Paulo. Boa sorte, Diretoria.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de relançamento do Projeto Rondon**

Tabatinga/AM, 19 de janeiro de 2005

Com esta foto, aqui, daqui a uns 30 anos – porque eu vou viver pelo menos mais uns 30 anos – quando alguém perguntar: “escuta aqui, você era do Projeto Rondon?”. Eu falo: eu era do Projeto Rondon.

Excelentíssimo companheiro José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro companheiro Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas,

Meu caro companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe de Coordenação Política e Assuntos Institucionais,

Meu caro Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães, comandante da Marinha,

Meu caro General-de-Exército, Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército,

Meu caro Tenente-Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica,

Meu caro senador Mário Calixto,

Deputados Átila Lins, Carlos Zarattini, Hamilton Casara e Lupércio Ramos,



Meu querido embaixador Samuel Pinheiro, secretário-geral das Relações Exteriores,

Meu caro Márcio Fortes, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

General-de-Brigada Gilberto Arantes, coordenador do Projeto Rondon,

Meu caro senhor Joel Santos de Lima, prefeito de Tabatinga,

Meu caro senhor Estanislau Monteiro de Oliveira, da Associação Nacional dos Rondonistas,

Meu caro Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes,

Minha querida Geize, que falou, aqui, em nome dos rondonistas,

Meus amigos, minhas amigas, membros das Forças Armadas,

Meus companheiros e minhas companheiras

Para muitos de vocês, jovens integrantes da primeira turma do novo Projeto Rondon, esta é uma viagem de iniciação. Iniciação a um Brasil do qual vocês talvez tenham notícia e conhecimento mas, por falta de oportunidade e até mesmo de estímulos, possivelmente não avaliem a dimensão exata dos nossos desafios e a chance histórica de superá-los nesta geração.

Sair do lugar da gente às vezes incomoda e machuca, mas também educa. Ter nascido no sertão pernambucano e migrado para São Paulo, ainda criança, mudou a minha vida e a minha visão de mundo. Passei a enxergar um Brasil maior, mais rico e desafiador. Foi como subir no alto de uma montanha e descortinar o imenso horizonte em volta, limitado pela forte desigualdade social.

A escola pode provocar efeito semelhante nos corações e mentes da juventude, contribuindo assim para dar a todos referenciais e pontos de partida semelhantes.

Por entender esse papel republicano da educação, o governo criou um



programa massivo de bolsas de estudo para a juventude pobre do Brasil. Neste primeiro semestre, mais de 100 mil bolsistas entrarão na universidade brasileira.

O programa Universidade para Todos reflete nosso compromisso com um personagem sempre lembrado nas análises da exclusão, mas pouco contemplado no orçamento da nação.

As cotas que instituímos são trilhas republicanas de igualdade. A ação republicana para desiguais, se busca justiça, não pode ser neutra.

A pobreza é uma forma de devastação que grita por socorro nas periferias pobres do Brasil. E a juventude é um dos seus porta-vozes.

Além do ProUni, temos nos empenhado realizando um forte esforço de alfabetização; fazendo investimentos maciços no ensino médio e profissionalizante; avançando nos debates em torno da necessária reforma universitária.

Temos garantido, igualmente, formação profissional para mais 30 mil recrutas no projeto Soldado Cidadão e difundido amplamente o microcrédito na sociedade, beneficiando também os jovens mais pobres. Não são respostas avulsas.

Já elaboramos uma política nacional para incorporar a juventude brasileira à retomada do desenvolvimento, em profundo diálogo e com intensa participação de entidades da sociedade civil e da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados. E, brevemente, vamos começar a sua implantação, criando inclusive uma Secretaria Nacional da Juventude, na qual o projeto Rondon terá também espaço e voz.

Meus queridos amigos e amigas,

Escola e juventude são as fontes renovadoras do futuro. Mas para que uma geração dê o passo seguinte na história de um povo, talvez seja necessário algo mais.

Falo de uma dimensão adicional do conhecimento, aquela que não pode



ser substituída por nenhuma outra, porque só se desenvolve em contato direto com a realidade que a propicia e desencadeia. Falo da consciência social, a segunda certidão de nascimento de um ser humano.

A democracia coloca ao alcance de nossas mãos uma tarefa pacífica, cobrada pelo país e agendada pela história que estamos realizando. Trata-se de continuar avançando no desenvolvimento sustentado brasileiro tendo por guia um profundo e eficaz projeto social. Um projeto que responde aos apelos da vida, que muda os caminhos do nosso tempo e inaugura um novo tempo para o nosso povo.

Meus amigos e minhas amigas,

No passado recente, o Brasil trilhou o caminho inverso. O Estado passou a olhar o país como se usasse um binóculo invertido. Distanciou-se do que deveria se aproximar. Perdeu o foco do principal. Renunciou a um projeto de desenvolvimento

O individualismo triunfante corroe a auto-estima nacional numa espiral de desigualdade. Palavras como solidariedade, justiça, responsabilidade pública, caráter e bem-comum foram relegadas ao dicionário do esquecimento.

Ter vinte anos no século XXI, portanto, significa, entre outras coisas, engajar-se na revisão desse contrato anti-social, ajudando a construir o presente e o futuro.

Por entender esse recado da história, apoiamos a proposta da UNE e das associações de ex-rondonistas e recriamos um Projeto Rondon com a cara do Brasil de hoje.

No passado, a utopia geográfica via o país como uma imensa frente pioneira, a puxar um mercado em expansão. A estrada terminava na boca da mata. Aos olhos de alguns, parecia suficiente levar a picada mais adiante; o progresso faria o resto.

Hoje, sabemos que não é assim. O país, no essencial, está integrado. É preciso vencer a grande fronteira da desigualdade, desbravar um futuro mais



humano, abrir estradas de oportunidades. Recriar, enfim, a idéia de nação com base no interesse coletivo.

Meus jovens, minhas jovens rondonistas,

É para isso que vocês estão aqui. O novo Rondon é parte de um esforço gigantesco para interligar o Brasil pela ponte da solidariedade.

A justiça social representa, hoje, aquilo que o telégrafo simbolizou no passado, quando o marechal Cândido Rondon percorreu o país à frente da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas.

Foi para desbravar essa nova fronteira que o Projeto ganhou um novo rosto, como proposta de engajamento da juventude e da universidade na superação das nossas distâncias sociais.

Ele significa uma iniciativa conjunta de governo, com a participação integrada das Forças Armadas e de vários Ministérios. O seu método é participativo, incluindo entidades como a UNE no seu Conselho.

Vocês farão diagnósticos. As universidades criarão projetos. Novas turmas serão credenciadas a implementar ações de longo curso, articuladas com políticas públicas e, quando for cabível, apoiadas pela iniciativa privada.

Estamos começando, meu caro Governador, mais um grande projeto pela Amazônia. Vamos chegar ao Nordeste e desembarcar, num futuro bem próximo, nas periferias metropolitanas do nosso querido país.

Unir brasileiros de todas as origens e de todas as regiões. Repactuar o país consigo mesmo e devolver à juventude a guarda de uma palavra transformadora que, mais do que ninguém, cabe a ela fortalecer e personificar. Falo da esperança, que tem os pés no chão, o coração no Brasil e a cabeça nos destinos do nosso povo.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de apresentação da Rede Pública de Fiscalização do Programa
Bolsa Família**

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2005

Falar por último tem desses problemas. Vocês não sabem se querem ouvir o discurso ou se querem comer.

De qualquer forma eu quero, meu companheiro Patrus Ananias, agradecer sobretudo pela realização deste encontro aqui, que é o segundo momento importante que nós vivemos em pouco mais de um mês e meio de envolvimento das instituições brasileiras no compromisso da solução de nossos problemas.

Nós tivemos, aqui, em dezembro, uma reunião muito importante com todos os representantes dos poderes brasileiros; assumimos um compromisso, um pacto pela reforma do Poder Judiciário. E agora estamos aqui, com toda a representação do Ministério Público brasileiro, para que a gente possa atuar outra vez no controle das políticas públicas que o Estado brasileiro oferece.

Eu acho, Patrus, que este é um momento excepcional, não do governo, mas sobretudo um momento excepcional do Programa Bolsa Família.

Quero cumprimentar o companheiro, ministro-interino da Saúde, o Antonio Alves,

Quero cumprimentar o meu querido companheiro Dulci, o Waldir Pires, o Jaques Wagner, o companheiro Palocci,

Quero cumprimentar o Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, procurador-geral da República em exercício,

Nosso querido Arlindo Chinaglia,



O ex-deputado, companheiro constituinte, hoje ministro do Tribunal de Contas da União, Adilson Mota,

Senhor Roberto Bandeira Pereira, presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais,

Nosso querido brigadeiro Bueno,

Meu companheiro Vinod Thomas, do Banco Mundial,

E meu caro Carlos Lopez, do Pnud, representante da ONU aqui neste evento,

Quero cumprimentar a nossa companheira Analita Ferreira da Silva, parece até parente minha, porque tem Ferreira e tem Silva, e sua família,

Quero cumprimentar as autoridades aqui presentes, procuradores, representantes dos Ministérios, todos que estão aqui,

Os companheiros que trabalham arduamente para que as coisas aconteçam,

O Programa Bolsa Família, com este ato, ganha não apenas um pouco mais de cara pública, mas ganha, definitivamente, a sua cidadania.

Acho que todos nós, aqui, quando éramos pequenos, ouvíamos nossas mães dizerem que é mais fácil destruir do que construir. O último exemplo foi esse maremoto que teve na Ásia, ou seja, tudo que foi construído durante séculos, foi destruído em poucos minutos.

E uma política, quando se tenta destruir, é como disse o Patrus, e que nós já ouvimos também, quando pequenos, que a verdade engatinha e, muitas vezes, a mentira corre. Não tem nada para andar mais rápido do que um boato. Você faz uma política certa, às vezes termina o mandato e as pessoas não souberam o que você fez. Você faz uma política errada e no dia seguinte está o mundo inteiro sabendo.

A fiscalização que o companheiro Patrus propôs ao Programa Bolsa



Família é o que eu chamo da boa e saudável fiscalização. Primeiro, porque ninguém que recebe o Bolsa Família, ninguém, sabe quem é que está envolvido no Bolsa Família, se tem um deputado “A”, deputado “B”. As pessoas recebem um cartão e sabem que aquela é uma transferência de renda feita pelo Estado brasileiro. Portanto, ela não deve favor ao Presidente da República, ao Ministro. Ela sabe que é o Estado brasileiro que está tentando fazer pequenos reparos nos grandes malefícios que, ao longo da história, o Estado brasileiro construiu para prejudicar as pessoas mais pobres. Porque, afinal de contas, pobre não tem acesso a dinheiro público. É muito difícil.

Quando se discute 0,50 centavos para uma política de combate à pobreza, muitas vezes isso tem mais repercussão, tem muito mais gente contra do que quando você discute 5 bilhões para ajudar uma outra coisa qualquer. E somente quem passou fome, somente quem acordou de manhã e não teve o que comer ou ficou acorçado num fogão de lenha tomando uma xícara de café preto com farinha de mandioca, ou que viu uma criança ir para a escola e, ao chegar na escola, não aprender porque faltava nela as calorias e as proteínas necessárias, sabe da importância do Programa Bolsa Família.

Possivelmente seja pequeno diante das necessidades do povo brasileiro, mas é um passo extraordinário. E o mais extraordinário é que nós cumprimos as duas metas determinadas até agora. Chegamos a 3 milhões e pouco no final de 2003, no primeiro ano, e culminamos em dezembro, ultrapassando em mais de 70 mil, o número de pessoas que estava previsto.

O Carlos Lopez sabe, porque conversamos muito. Nós queríamos chegar a 6,5 milhões de pessoas, chegamos a 6 milhões 572 famílias, o que é uma demonstração de que nós chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias em dezembro deste ano. Em dezembro de 2006, se Deus quiser, nós estaremos completando a totalidade das famílias que nós detectamos, pelos estudos do IBGE, que eram pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza.

Eu espero que a gente nem alcance este número, porque eu espero que



não tenha mais tanta gente assim, na medida em que eu também trabalho e torço para que a economia cresça, que gere os empregos e que gere as rendas necessárias para a sociedade brasileira.

Muita gente fez crítica achando que o fato de nós estarmos condicionando o Programa a cuidar da saúde e a cuidar da educação, era um castigo. Muito pelo contrário, é um benefício a mais. O Estado brasileiro se preocupar com uma família que não teve estrutura, sequer alimentar, de que esta criança vá para a escola como condição para que receba. Não é que nós tenhamos interesse de castigar uma família onde a criança não foi para a escola; se não foi para a escola vamos discutir porque não foi, pode não ter ido para escola porque não teve roupa.

Eu fui a Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, há uns três anos atrás, visitar um projeto de irrigação e parei, Waldir, você conhece a região, parei numa casa no aeroporto de Afogados da Ingazeira onde fazia três dias que as crianças não iam para a escola, porque não tinham água para se lavar. Então, não é apenas a questão da fome, tem outros ingredientes que a transferência de renda pode permitir: pode permitir que um dia se compre um sapatinho para um, outro dia se compre uma blusinha, e as crianças indo bem vestidinhas para a escola conquistarão um espaço a mais de prazer e de alegria.

Eu quero dizer aos representantes do Tribunal de Contas, do Ministério Público, dos procuradores deste país, ao companheiro Waldir Pires, que vocês vão funcionar para o Programa Bolsa Família, como se fossem os avalistas da boa causa. Por quê? Porque o papel de vocês na verdade, que têm acesso a cada município, que têm acesso a toda estrutura federativa do Brasil, é perceber se tem alguma coisa errada ou não tem. E fazer com que a gente possa, a partir daí, encontrar uma solução para resolver o problema.

O Patrus tem razão, nós não queremos, em nenhum momento, dizer que tem prefeitos ou prefeitas que não aplicam o dinheiro corretamente. Eu sou daqueles que acham que todo ser humano é bom, é honesto, é decente, até



prova em contrário. Já tive muitas decepções, é verdade, mas continuo com a crença de que o ser humano nasceu para ser bom, continuo acreditando que é mais fácil ser bom do que ser ruim; é mais fácil ser honesto do que não ser honesto; aliás, é mais benéfico para nossa alma e para nossa cabeça saber que um centavo que chega no local vai ser distribuído para quem precisa.

Vocês não sabem, meus queridos, agora sócios do Programa Bolsa Família, o que era o cadastro neste país. Vocês não têm dimensão. Um dia, quem sabe, a gente possa sentar em torno de uma mesa e com os companheiros do Programa Fome Zero, o companheiro Patrus, mostrar para vocês o que era o cadastro neste país. Na verdade nós não tínhamos cadastro. Nós tínhamos um monte de endereços, ou seja, um monte de nomes e a gente não sabia se era aquela pessoa que precisava ou não precisava.

E na medida em que você começa a dar um toque de seriedade, você começa a perceber que as pessoas, até nesses casos, são mais honestas do que muitas vezes se imagina.

Nós tivemos um exemplo histórico, aqui, Patrus, muito emocionante, de uma mulher, quando saiu a primeira denúncia de que tinha gente que não deveria receber e estava recebendo; uma mulher que mandou uma carta dizendo que o marido tinha arrumado emprego e que, portanto, ela não precisava mais do dinheiro. Tivemos o caso de um companheiro, em Pernambuco, que começou a denunciar e, por isso, começou a sofrer pressão. Eu estava fora, liguei para o companheiro Patrus e disse: “tem que ir lá dar um apoio a esse cidadão que está denunciando”, porque até ele estava inscrito no Programa.

São exemplos como esses que nos fazem crer que o convênio que fizemos agora é apenas para aperfeiçoar o funcionamento do Programa e que nós vamos encontrar muito mais brasileiros e brasileiras honestos e cheios de boa vontade do que a média que a gente imaginava encontrar.

Eu vejo na cara da nossa querida Analita, na televisão, ali, falando,



parecia uma artista da novela das oito, toda chique, as meninas todas bonitas, numa demonstração de que o Paulo Freire tinha razão. O Paulo Freire disse que quando a gente come a gente fica mais bonito, a gente fica mais inteligente, a gente aprende mais, a gente tem mais auto-estima, a gente passa a gostar mais da gente. E é plenamente possível, querido Patrus, a gente terminar o mandato cumprindo com o nosso programa.

Você falou do Programa do Idoso. O Programa do Idoso estava parado há 15 anos. Por quê? Porque quando se fala em emprestar 10 bilhões para um grupo econômico, para um investimento, que é importante, a gente fala investimento. Quando se fala em dar 10 reais para um pobre, a gente fala gasto, a gente não fala investimento.

Eu fico imaginando o investimento que nós estamos fazendo na família da dona Anelita. Um investimento que possivelmente trará muito mais retorno ao Estado brasileiro e à sociedade brasileira do que alguns investimentos que nós fazemos de outra ordem, porque se essas crianças concluírem o ensino fundamental, se essas crianças entrarem no ensino médio e se essas crianças chegarem à universidade e se prepararem para o mercado de trabalho brasileiro, obviamente que elas trarão benefício e conhecimento para nós, que serão impagáveis. E eu acho que é esse o objetivo do Programa.

Por isso eu quero dizer a todos os nossos sócios, os sócios da boa causa, os sócios do combate, que não tem mal maior. Você fica sem roupa... eu pelo menos fui para a escola durante anos com a única calça marrom e ia, tudo bem. Você fica sem dormir, você fica sem um monte de coisa, agora, sem comer você definha e o prejuízo da má alimentação é o atrofiamento de pontos vitais do corpo humano que, possivelmente, não tem mais recuperação.

Por isso Patrus, eu acho que este dia de hoje é extraordinariamente marcante. Hoje, nós estamos provando que, na concepção deste governo, nenhuma instituição criada para fiscalizar o bom funcionamento da máquina pública pode ser vista como adversária, pode ser vista como um entrave. Muita



gente acha que o Tribunal de Contas é um entrave, muita gente acha que os Ministérios Públicos são entraves, sejam eles municipal ou estadual. Nós sempre achamos que vão fiscalizar os outros e não a nós, e quando vêm fiscalizar a gente não é bom. Então, nós queremos o seguinte: fiscalizem, por favor fiscalizem. Fiscalizem porque a boa fiscalização significa a certeza da boa aplicação do dinheiro recolhido do próprio povo brasileiro.

Meus parabéns. Estarei aqui torcendo para que vocês trabalhem mais do que nunca e que a gente possa, meus companheiros do Banco Mundial e do Pnud, daqui a alguns meses, dizer que nós temos o mais sólido, o mais honesto e o mais eficaz programa de transferência de renda que o mundo contemporâneo já conheceu.

Muito obrigado e parabéns companheiro Patrus e parabéns representante do Ministério Público.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita
ao Acampamento Luiz Inácio Lula da Silva**

Porto Seguro-BA, 21 de janeiro de 2005

Meu querido companheiro Eudes,

Meu querido governador Paulo Souto,

Meu querido companheiro Jaques Wagner,

Meu querido companheiro Waldir Pires,

Companheiro Rolf Hackbart,

Márcio Fortes,

Meu querido companheiro Walmir, da direção nacional do Movimento dos Sem-Terra,

Meus companheiros e minhas companheiras do Movimento dos Sem-Terra,

Quando a menina estava colocando o chapéu na minha cabeça, eu me lembrei da primeira visita da direção do Movimento dos Sem-Terra a Brasília, no ano de 2003, quando eu estava recém-eleito presidente da República e um sem-terra me entregou o chapéu. Eu coloquei o chapéu na cabeça e a imprensa toda tirou fotografia e, no dia seguinte, foi primeira página de todos os jornais, tentando passar a idéia de que eu estava radicalizando porque estava com o chapéu dos Sem-Terra.

Eu acho importante dizer na frente de vocês o seguinte: é muito importante a gente ter essa relação de amizade, porque eu sei de onde eu vim, eu sei quem são meus amigos, eu quem são meus amigos de ontem, de hoje e sempre, sei quem são os amigos eventuais, sei quem são os oportunistas. Eu tenho nítida consciência das coisas que eu vivi nesses 59 anos de vida. E



tenho nítida consciência do que representa o Movimento dos Sem-Terra para a história do povo trabalhador brasileiro e para a história política do nosso país.

Eu não faço questão de esconder de ninguém, nem de dia, nem de noite, nem de gente de gravata e sem gravata, que o Movimento dos Sem-Terra é um dos mais respeitados e mais sérios deste país, que defende uma causa nobre. E digo isso porque o fato de vocês estarem acampados, aqui, não é culpa de vocês, é culpa de uma estrutura. É verdade que o estado em que eu assino mais desapropriações é a Bahia. Eu devo assinar, por dia – a Advocacia-Geral da União me leva e eu assino – 10 desapropriações no mesmo dia e sou obrigado a assinar 10 recursos no Supremo Tribunal Federal, porque os proprietários entram com recurso dizendo que o Incra não fez vistoria. O argumento é sempre o mesmo. Mas, de qualquer forma, nós temos que cumprir a lei, tem que fazer o recurso e tem que esperar outra vez o Tribunal julgar.

Eu tive um encontro com o Walmir esses dias, com outro companheiro da direção dos Sem-Terra, e daí surgiu a idéia de eu vir aqui. E eu disse ao presidente do Incra: eu vou ao assentamento, agora eu quero que o Incra assuma o compromisso, porque aquelas pessoas já estão há dois anos lá. Eu quero que o Incra assuma o compromisso de que até junho aquelas pessoas estarão assentadas dignamente.

Governador e companheiros, Eudes, companheiros Sem-Terra, eu tenho cobrado do conjunto de ministros que trabalham com coisas intimamente ligadas à questão da reforma agrária. O ministro das Cidades, o companheiro Olívio Dutra; a ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, com o Programa Luz para Todos; o ministro Miguel Rossetto; o ministro Patrus Ananias, que é o companheiro do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome; o ministro Tarso Genro, da Educação; a companheira Matilde, da Igualdade Racial. Eu tenho, sistematicamente, discutido com eles um pacote de cidadania para que a gente comece a resolver, não apenas o problema de assentar aqueles que



precisam ser assentados, mas recuperar as condições de trabalho das pessoas que já estão assentadas e que, muitas vezes, não têm condições.

Um dado para vocês, que é importante: logo que nós tomamos posse, Governador, descobrimos que muita gente assentada, do Movimento, não tinha acesso do Pronaf porque não tinha licença da terra, para produzir. O Ibama não tinha dado o licenciamento, então as pessoas não conseguiam ter acesso ao dinheiro do Pronaf. Mais do que isso, todo mundo aqui sabe, nós descobrimos uma coisa importante: muitos gerentes do Banco do Brasil tinham desaprendido a fazer empréstimo às pessoas pequenas, pobres, de propriedades de 10, 20 hectares, porque o Banco do Brasil tinha se desabituatedo a fazer financiamento do Pronaf na maioria dos estados brasileiros. Estava habituado a fazer no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e em um pedaço de São Paulo. Mas, no restante do Brasil, quase não tinha. No primeiro ano, nós tivemos surpresas extraordinárias. Estados como a Paraíba, que tinha quatro ou cinco contratos, passaram a ter 1.200, 1.300. Estados como o Acre, que não tinha contratos, passaram a ter contratos. Por quê? Porque nós universalizamos o dinheiro do Pronaf. Habitualmente o governo anunciava dez, liberava um, e ficava por conta disso. Nós não só liberamos 80% a mais do que no ano anterior, em 2003, como, neste ano, nós colocamos 7 bilhões de reais para financiar o Pronaf.

E ainda detectamos um problema grave, detectamos, inclusive, na reunião, que é o dinheiro para custeio, em que muitas vezes o pequeno pegou o dinheirinho, teve que pagar o que devia e não consegue pegar um novo financiamento. Então isso nós já conversamos, já vamos resolver com o Banco do Brasil, para que as pessoas tenham oportunidades.

O Rolf falou do Incra. O Incra, na verdade, estava desmontado neste país, como estava quase desmontada quase a universidade brasileira, por isso é que estamos discutindo a reforma.

E nós queremos apresentar para o Movimento, Movimento na Luta pela



Reforma Agrária, Movimento dos Quilombolas no país e terras indígenas, nós queremos apresentar um pacote, que eu tenho chamado de pacote de cidadania. É o governo chegar lá, no assentamento, e cuidar da casa, cuidar do posto médico, cuidar da escola, cuidar da luz para todos e cuidar, através do Ministério do Desenvolvimento Social, da compra do alimento produzido para que a gente possa garantir preços, como fizemos no final do ano passado em Rondônia, quando nós compramos 11 mil sacas de feijão, 11 mil sacas de pequenos produtores que tinham colhido feijão, o preço estava a 25 reais a saca, nós entramos oferecendo 60, o mercado passou a oferecer 55 e, quando o mercado ofereceu 55, o governo se retirou e o povo vendeu o seu feijão tranqüilamente.

Foi assim que nós fizemos em Buíque, em Pernambuco, em junho de 2003, assumindo o compromisso de comprar a produção do pequeno, para que ele não ficasse dependendo da questão do mercado.

Uma outra coisa extremamente importante é o Seguro Agrícola. Eudes, o Seguro Agrícola que nós aprovamos agora, se o trabalhador tomar um dinheiro emprestado no banco e, por causa das intempéries, perder a sua lavoura, o banco paga toda a sua dívida e ainda dá 65% do lucro que ele poderia ter, calculado entre ele e o banco, para que ele possa tocar a vida a partir do momento em que foi vítima da desgraça.

Essas coisas, meus companheiros, estão gravadas na minha cabeça: cada compromisso histórico que eu tenho, não apenas com os trabalhadores sem-terra do país, mas com a gente pobre desse país, que é a gente que está junto comigo, não depois que eu virei presidente, mas desde 1989, quando eu perdi a primeira eleição para presidente da República neste país.

Hoje eu posso olhar, Valmir, na sua fisionomia, posso olhar na do Eudes, posso olhar na cara desta criança de quatro anos de idade que está com a máquina fotográfica: nós já conseguimos vencer a maioria das barreiras que estavam colocadas à nossa frente, mas ainda tem algumas. Eu dizia para



o Governador: o Brasil é um país que tem leis que permitem fazer uma coisa e, na mesma Constituição, tem uma outra lei que proíbe fazer. Ou seja, o mesmo Estado que dá com uma mão é o mesmo Estado que tira com a outra. Então, nós estamos cuidando de tentar desbloquear todos os problemas que nós temos, que criam dificuldades na elaboração das políticas públicas que nós queremos fazer. Eu não tenho dúvida nenhuma, como disse ao companheiro Walmir e à Direção Nacional do Movimento dos Sem-Terra, que este ano nós já poderemos cumprir a meta que assumimos naquele grande congresso que os Sem-Terra fizeram em Brasília há dois anos. E vamos cada vez mais avançar, porque o companheiro, Presidente do Incra, que tem uma cara de estrangeiro, que falou com vocês aqui, o companheiro Rolf, é um companheiro gaúcho já há muitos e muitos anos comprometido com a luta dos sem-terra neste país. E ele sabe o que tem que fazer, ele não é analfabeto nessa questão dos sem-terra, ele não é analfabeto nessa questão da reforma agrária, ele conhece o pensamento do Presidente, conhece o pensamento do Ministro dele, conhece o pensamento do governo e, sobretudo, conhece a própria história dele, e ele não pode esquecer tudo aquilo que construiu junto com o Movimento do Rio Grande do Sul.

Por isso é que eu não poderia vir à Veracel, Walmir, sem passar aqui e dizer para vocês: estejam certos – grave o que eu vou dizer, Walmir, para você poder me cobrar – se não conseguir ter acesso a mim, você tem o Wagner como “cupincha”, aqui, para poder cobrar, Rolf, escute o que eu vou dizer: em julho eu quero voltar a esta região para a gente poder comemorar o assentamento destes companheiros. São 850 famílias que tem aqui, e é plenamente possível a gente fazer isso, porque metade das terras já estão desapropriadas, já estão legalizadas. É começar a organizar agora para, em julho, fazermos uma grande festa aqui, todo mundo já em condições de viver tranquilamente e, quem sabe, começar a dormir numa casinha com telhado, cimentada para não precisar continuar dormindo em cima de um encerado.



Eudes, você está me ouvindo falar neste microfone, eu poderia mentir para você, eu poderia mentir para as mulheres e para os homens que estão aqui, mas eu não seria um ser humano se eu mentisse para estas crianças que estão, aqui, na minha frente.

Portanto, meus queridos eu estarei aqui, possivelmente com as mesmas pessoas que estão aqui, com outros companheiros para que a gente possa dizer: finalmente os companheiros sem-terra do Sul da Bahia conseguiram conquistar aquilo que é mais sagrado no ser humano, que é a sua cidadania, o direito de ter sua terra e dela tirar o que comer, o direito de trabalhar, de tirar o sustento da família e ainda poder vender um pouco para ganhar o dinheiro, porque isso faz muito bem para que as famílias possam melhorar de vida.

Eu quero te agradecer, quero agradecer a você, Walmir, e dizer a vocês o seguinte, guardem sempre uma frase que eu digo: no dia em que eu deixar a Presidência da República, só terei como amigos, certamente, aqueles que eram meus amigos antes de eu ser Presidente da República, disso eu não me esqueço. Eu tenho conversado com vários ex-presidentes e os ex-presidentes falam assim para mim: “Puxa vida, quando eu estava na Presidência, tinha tanta gente que queria falar comigo, tinha tanta audiência. Eu, agora, deixei de ser presidente e ninguém telefona mais para mim, ninguém liga mais para mim”, ou seja, é assim mesmo, porque não tem uma relação verdadeira.

A minha relação com o movimento sindical, com os trabalhadores rurais deste país, com a parte pobre da sociedade brasileira não é eventual nem ocasional, é uma coisa de vida e de origem. Por isso, eu tenho certeza, como na morte, a gente volta para onde veio, eu tenho certeza de que na política eu voltarei sempre para junto daqueles que são os meus mais sinceros companheiros na luta deste país.

Muito obrigada, gente, que Deus abençoe vocês. Em julho, estaremos aqui, de volta, e o companheiro Walmir pode ficar certo, se vocês estiverem na passeata dos Sem-Terra de Goiás até Brasília, vocês podem estar



radicalizados ou não, lá eu estarei para receber os companheiros Sem-Terra.
Muito obrigado, gente, e até a vitória.



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero

Brasília-DF, 24 de janeiro de 2005

Excelentíssimo senhor José Luis Rodríguez Zapatero, presidente do Governo do Reino da Espanha,

Ministros da Espanha,

Ministros brasileiros,

Delegação da Espanha,

Delegação brasileira

Sua visita ao Brasil, presidente Zapatero, acompanhado de expressiva delegação, é extremamente significativa. Dá consistência à parceria estratégica que nossos países estão forjando. Não é casual que a sua primeira viagem à América Latina seja ao Brasil.

O presidente Zapatero é expressão de uma nova Espanha, dinâmica e confiante que, como o Brasil, vem redefinindo seu papel no mundo contemporâneo.

A Espanha que o presidente Zapatero representa é exemplo e inspiração para o Brasil. Um país orgulhoso de seu passado, seguro de sua capacidade de responder aos desafios do futuro.

O povo espanhol soube trilhar o caminho do desenvolvimento, reforçando sua vocação democrática. Consolidou as instituições políticas. Superou passivos sociais e econômicos. Deu passos decididos para tornar-se uma potência emergente. Integrou-se, de forma soberana, à União Européia,



ao mesmo tempo em que assume, cada vez mais, uma voz própria na comunidade das nações.

Essa nova Espanha não apenas gera prosperidade. Demonstra estar disposta a oferecer importante parcela de cooperação ao mundo em desenvolvimento. Com esse espírito construtivo tem cumprido, de maneira exemplar, as metas de ajuda externa estabelecidas na Cúpula do Milênio.

Mesmo sob o impacto da violência indiscriminada do terrorismo, que chocou a todos os brasileiros, a nação espanhola soube preservar seu compromisso com os ideais da paz e da solidariedade internacional. Reafirmou sua mensagem ao participar da missão da ONU no Haiti.

Espanha e Brasil compartilham os mesmos princípios quando defendemos o fortalecimento do multilateralismo e a reforma das Nações Unidas. Trabalhamos juntos para ampliar a eficácia da Assembléia Geral e a representatividade do Conselho de Segurança. Buscamos respostas adequadas e duradouras aos desafios de uma realidade internacional marcada por assimetrias econômicas e sociais, pela insegurança e por novas ameaças. Mas estamos unindo esforços, sobretudo, na iniciativa global de combate à fome e à pobreza, que são a face escura e indesejável da globalização.

Essa comunhão de valores fez da Espanha um aliado de primeira hora na busca dos mecanismos financeiros inovadores para resgatar parcela significativa da humanidade, hoje mergulhada na miséria e na desesperança.

O relatório do Projeto do Milênio, lançado este mês pelas Nações Unidas, confirma a convicção que sempre nos animou: é possível varrer, até 2020, a pobreza extrema do mundo.

Brasil e Espanha, junto com o Chile e a França, chegarão à reunião de setembro próximo, em Nova Iorque, com propostas realistas para emancipar, no menor prazo possível, os esquecidos do mundo.

Senhor Presidente,



O entusiasmo com que temos trabalhado no plano multilateral é, em grande medida, reflexo da excelência de nossas relações bilaterais.

Em 2003, lançamos um “Plano de Parceria Estratégica” entre nossos países. A Declaração de Brasília que assinamos hoje dá consistência a esse relacionamento, ao criar mecanismos para pôr em prática os compromissos assumidos.

A realização do Primeiro Foro de Diálogo das Sociedades Civas Brasil-Espanha assegura que todos os nossos homens e mulheres estarão engajados nesse esforço.

A realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Espanha de Comércio e Investimentos cria bases para a implementação de estratégias capazes de consolidar e fortalecer a posição da Espanha como um dos primeiros parceiros econômicos do Brasil.

A Espanha já é o segundo maior investidor dos países estrangeiros no Brasil. Isso prova o grau de confiança que os empresários espanhóis depositam no Brasil e na capacidade do povo brasileiro.

Essa mesma visão de futuro explica o aumento expressivo de nossas trocas comerciais em tempos recentes. No entanto, os números ainda não refletem o potencial de nossas economias.

Temos de aproveitar o momento extraordinário por que passa a economia brasileira para cimentar, de uma vez por todas, a parceria entre nossos setores produtivos.

Este é o ano internacional do microcrédito. No seminário patrocinado por Sua Majestade, a rainha Sofía, no ano passado, em Belo Horizonte, exploramos alternativas para fazer do microcrédito um instrumento para potencializar a criatividade dos trabalhadores brasileiros.

Identificamos projetos de cooperação técnica que habilitarão milhares de pequenos empreendedores a emanciparem-se profissional e financeiramente.



Quero, aqui, lançar um desafio aos grupos financeiros da Espanha e do Brasil para que se engajem nessa empreitada, criando mecanismos de incentivo ao financiamento de pequenas e médias empresas.

Também convido os homens de negócio e de visão dos dois países a apostarem no nosso futuro comum, investindo em projetos de infra-estrutura física que integrarão as vastas potencialidades do continente sul-americano.

As negociações entre o Mercosul e a União Européia são fundamentais para alcançarmos esse objetivo. Confiamos no firme empenho do Governo espanhol para que elas possam concluir-se rapidamente.

Queremos assentar as bases de uma aproximação entre dois continentes que tanto possuem em comum.

Temos urgência em demonstrar que é possível aliar competitividade com solidariedade. Vamos construir uma nova geografia comercial mundial em bases equilibradas e equânimes. Um comércio livre de distorções injustificadas assegurará a todos o direito de viver, com dignidade, do fruto do seu próprio trabalho.

Senhor Presidente,

O Brasil vive uma chance histórica de deixar de ser o eternamente “país do futuro”. Para isso, nós brasileiros não podemos permitir que as profundas injustiças de nosso passado e as persistentes desigualdades do presente determinem nosso modelo de desenvolvimento.

Essa é a lição da Espanha de José Luis Zapatero, e também o legado de Felipe Gonzáles, que dedicou suas melhores energias para lançar as bases sólidas de uma Espanha moderna, desenvolvida e plenamente soberana.

Na caminhada para a construção de um Brasil com a cara de nossas esperanças e de nossos sonhos, continuaremos a contar com esse exemplo inspirador e estamos seguros de que encontraremos na Espanha um aliado fiel nessa jornada.



É com esse espírito de confiança e de admiração mútua que une nossos povos que saúdo a visita de Vossa Excelência ao Brasil na certeza de que abrimos novos caminhos de cooperação e fortalecemos os mecanismos que nos tem unido.

Meu caro presidente Zapatero, eu quero que quando regressares à Espanha, leve a convicção e a certeza de que eu tenho bem na minha memória o encontro que tivemos para discutir a questão do combate à fome no Brasil e no mundo e sei que poucos países do mundo têm a experiência do desenvolvimento em tão curto prazo como a Espanha teve a partir de 1982.

Eu penso que o exemplo de desenvolvimento da Espanha, o exemplo de política de distribuição de renda, o exemplo do ajuste de contas para resolver os graves problemas sociais históricos na Espanha poderão servir de exemplos para que no Brasil, num breve tempo, a gente possa construir também um Brasil mais justo, mais solidário, em que todas as pessoas possam tomar café, almoçar e jantar todo dia. E eu tenho a convicção de que a Espanha é um parceiro dos mais memoráveis para que a gente possa convencer outros países do mundo a colocarem o combate à miséria e à fome como prioridade para que possamos cumprir as Metas do Milênio.

Eu espero que o Presidente, ao deixar o território nacional, leve a certeza de que aqui no Brasil nós estamos fazendo o possível e o impossível para que possamos cumprir os próprios compromissos que nós assumimos com o povo brasileiro mas, sobretudo, para que a gente possa cumprir os ideais que nortearam a nossa própria entrada na vida política do meu país.

Esteja certo que estaremos fazendo o máximo, se não conseguirmos tudo não foi porque não quisemos, mas porque não foi possível, mas a dedicação é total e eu quero que a Espanha seja uma parceira extraordinária, não só no projeto de combater a fome, mas no projeto de ajudar na construção da integração da América do Sul porque, sem integração, a América do Sul passará mais um século apenas em vias de desenvolvimento.



Eu espero que tenha passado um bom dia no Brasil, espero que saia do Brasil com a melhor impressão possível e, certamente, estaremos nos encontrando em algum fórum internacional antes de outubro, quando vamos à Espanha, porque o convite é irrecusável e a gente poderá aprofundar a nossa discussão.

Bem-vindo ao Brasil e que o povo da Espanha tenha a felicidade que merece.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem ao Dia do Carteiro e inauguração das novas instalações do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas – Goiás

Aparecida de Goiânia-GO, 25 de janeiro de 2005

Excelentíssimo governador do estado de Goiás, senhor Marconi Perillo,
Meu querido companheiro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu querido companheiro Eunício Lopes de Oliveira, ministro das Comunicações,

Meu caro Jardel Sebba, presidente da Assembléia Legislativa de Goiás,
Senadora Lúcia Vânia,
Senador Maguito Vilela,

Deputados Neyde Aparecida, Raquel Teixeira, João Campos, Pedro Chaves, Rubens Otoni, Sandro Mabel, Capitão Wayne, Pedro Canedo, Sandes Júnior, Leonardo Vilela e Roberto Balestra, que além de deputado é conselheiro da República,

Meu querido José Macedo, prefeito de Aparecida de Goiânia,

Meu caro Iris Rezende, prefeito de Goiânia,

Meu caro João Henrique de Almeida Sousa, presidente dos Correios,
Senhor Sérgio Douglas Repolho Negri, diretor regional dos Correios de Goiás e Tocantins,

Minha querida “ligeirinha” Elene Aparecida dos Santos, nossa querida carteira,

Funcionários e funcionárias dos Correios,

Meus amigos, minhas amigas do estado de Goiás,



Se eu soubesse cantar, se pelo menos eu tivesse a voz igual à da Mayra, eu iria cantar para vocês e não fazer discurso. Eu ia cantar a música chamada “Amigos para sempre.” Mas como eu não sei cantar, cada um, quando chegar em casa, se não tiver, por favor, lembrem-se de escutar, porque é a relação que eu tenho com vocês.

Meu querido Eunício, a minha primeira relação com os Correios, enquanto categoria profissional, foi na famosa greve que os Correios fizeram, em 1979, onde o Sindicato dos Bancários era o centro de organização dos Correios. E nós tínhamos um companheiro que até hoje não sei onde ele está, o Alemão, que se transformou numa grande liderança, depois foi trabalhar no Sindicato dos Bancários. E também o meu companheiro Clóvis que está aqui, que pelo visto está em ascensão porque não está com a camisetinha amarela, como a de todo mundo, e não é para ter vergonha de estar em ascensão, a gente luta para ascender na vida, e eu acho que o Clóvis é um companheiro... o Clóvis só tinha um problema, cada vez que eu ia participar de uma assembléia dos Correios, em Brasília, ao invés de ele ouvir, ficava chorando lá embaixo. Então, me atrapalhava falar, porque chorava muito.

Mas eu não queria levar em conta meu discurso, porque aqui já foram ditos todos os números que estão no meu pronunciamento. Esse é o problema de fazer um pronunciamento por escrito: antes de você fala o presidente da Casa, que conhece tudo; depois, fala o Ministro da área, que conhece tudo; quando eu percebo os meus números, aqui, eu vou apenas repetir. Então, vou deixar isso aqui de lado e vou falar um pouco com a alma de um brasileiro que conhece bem a trajetória dessa categoria.

Os Correios são uma demonstração viva do quanto o Brasil, na medida em que se respeita, na medida em que acredita em si mesmo, pode competir com qualquer país do mundo, em qualquer área. Pode ter serviço igual, pode ter um pouco mais de tecnologia, pode ter um pouco mais de transporte, mas eu duvido que exista algum país no mundo que tenha um correio que preste



um serviço da qualidade do nosso. Alguns pagam mais contas, alguns fazem mais coisas. Mas, sobretudo, nenhum país tem um povo que é capaz de chegar em momentos de adversidade com um sorriso, com carinho. Muitas vezes a mulher brigou com o marido e está mal-humorada e vocês são obrigados não apenas a entregar a correspondência, mas a falar um bom dia, boa tarde, com um sorriso na boca. Muitas vezes não recebem nem um obrigado porque tem gente que acha que é obrigação a gente ser gentil com eles, mas não têm nenhuma obrigação de serem gentis com a gente.

E o respeito à figura do carteiro e da carteira já foi demonstrado em dois momentos importantes pelo cinema, com o filme brasileiro chamado “Central do Brasil”, onde a Fernanda Montenegro é uma alfabetizada que fica na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, escrevendo correspondências para pessoas analfabetas, sobretudo da minha região, do Nordeste. Quem não assistiu ao filme é importante assistir.

E um outro filme é “O Carteiro e o Poeta” que conta a estória do Pablo Neruda, quando ficou exilado e a única relação dele com o mundo é de um carteiro que o visita toda vez que tem uma carta e conversa com ele. É um filme extraordinário, eu acho que vocês também, no dia em que tiverem acesso, assistam, porque diz muito da vida de vocês.

Eu vir aqui, no momento em que vocês estão comemorando o dia de vocês é gratificante para mim enquanto Presidente da República, é gratificante para mim, enquanto cidadão brasileiro, é gratificante para mim enquanto ex-operário metalúrgico e é gratificante para mim, saber que estou diante de um conjunto de trabalhadores brasileiros que entregam, pelo menos, duas ou três mil correspondências todo mês, nos mais diferentes lugares do país. Profissão esta que, em muitos lugares do país, às vezes, durante um ano inteiro, a única visita que as pessoas recebem é a figura do carteiro, quando tem alguém lá fora que ainda se lembra dele.

Por isso essa profissão merece ser tratada com respeito, por isso essa



profissão tem que ser tratada com dignidade e por isso os carteiros mais velhos sabem que, durante muito tempo, o mau gerenciamento da empresa de Correios fez com que os Correios fossem uma empresa deficitária e eu tive a boa informação agora, do ministro Eunício, de que este ano vai ser superavitária, e é importante porque vocês têm participação no lucro da empresa e, quanto mais lucrativa ela for, mais chances vocês têm de ganhar um pouco mais. Quanto mais prejuízo ela tiver, menos chances vocês terão de ganhar alguma coisa a mais. E esta relação entre vocês e a sociedade deveria servir de esteio para nós políticos.

O carteiro ou a nossa querida ligeirinha, aqui, que anda seus 10 quilômetros por dia, você viu a cintura dela? Você viu como ela está magrinha! Eu, como só tenho andado seis, só que eu não carrego malote. Mas veja que a relação de vocês deveria ensinar a nós políticos, porque vocês, quando vão numa casa, não querem saber se a pessoa que vai receber a carta pertence a qualquer religião, vocês não querem saber para que time ela torce, vocês não querem saber a que partido ela pertence, vocês não querem saber em quem ela votou na última eleição. O que vocês querem saber é que a pessoa é um ou uma brasileira que tem uma correspondência para receber, essa correspondência está sob a guarda de vocês e vocês dormirão tranquilos quando souberem que cumpriram com aquilo que é a profissão que vocês aceitaram ter na vida, e dormir tranquilos porque pode ser uma carta de boa notícia. Mas também pode ser uma carta de má notícia. Eu, por exemplo, recebi a notícia da morte de meu pai por uma carta, depois de 13 dias que ele tinha morrido. E não era só uma notícia ruim, ruim foi eu ficar 13 dias sem saber que ele tinha morrido. Quando o carteiro conseguiu descobrir onde eu estava, eu recebi a carta.

E assim vocês fazem cotidianamente, ajudando as pessoas, levando alegria, levando informações, matando saudade, quem sabe, até estabelecendo novas relações... porque podem falar: “vamos namorar pelo e-



mail, vamos conversar pelo e-mail, vamos viajar pela Internet.” Pode ter Internet, pode ter e-mail, pode ter o que quiser, a carta é insubstituível, a carta é uma coisa sagrada, é uma coisa que a pessoa escreveu de próprio punho, às vezes errou, riscou, mas lá vai a cartinha, às vezes tem até uma lágrima em cima. E isso o e-mail não pode levar, somente os Correios podem levar.

Por isso é que, independentemente dos avanços dos meios de comunicação, os Correios continuam crescendo, modernizando-se e sendo motivo de orgulho para o povo brasileiro. Por isso, meus parabéns, de todo coração, a todos os homens e mulheres que trabalham nos Correios neste país, que entregam correspondência e que vão trabalhar neste Centro extraordinário.

Quero, agora, falar um pouco do Brasil, afinal de contas, o Presidente da República tem que falar um pouco do seu país. Estamos começando o ano de 2005 e eu dizia a todos os meus ministros, na última reunião que fizemos no ano passado, que este é o ano do desenvolvimento, é o ano do crescimento, é o ano do investimento em infra-estrutura e é o ano da consolidação das coisas que nós plantamos neste país.

Todos nós temos experiência de vida, e todos nós sabemos que tudo aquilo que a gente quer construir na vida não acontece do dia para a noite, há sempre um processo de preparação, de maturação, para que a gente possa começar a colher. Eram poucos os analistas econômicos deste país que acreditavam que o Brasil pudesse crescer, no ano passado, o tanto que cresceu. Eram poucos aqueles que acreditavam que nós pudéssemos chegar no começo de janeiro e já recebermos a notícia de que no mês de dezembro nós conseguimos reduzir o desemprego abaixo de 10%. Muito mais importante, poucos acreditavam que a gente pudesse criar a quantidade de empregos que criamos na indústria, na agricultura e no setor de serviços.

Em todas as atividades econômicas deste país, seja da agricultura ou da indústria, o Brasil deu demonstrações vigorosas de crescimento. Alguns



reclamam, com razão, outros reclamam porque são oposição, outros reclamam porque também tem alguém que reclama por qualquer coisa. O ser humano reclama de manhã se tiver calor, reclama à tarde se tiver frio e reclama de noite se chover, ou seja, nós, seres humanos, somos assim. Mas, na política, a gente não pode perder o juízo e nem o bom senso.

Por exemplo, governador Marconi Perillo, o estado de São Paulo, a indústria de São Paulo teve o maior crescimento dos últimos 18 anos neste país; a indústria automobilística que estava “ora vai para cá”, “ora vai para lá”, bateu o recorde de todos os records, produzindo mais de 2 milhões e 200 mil carros, gerando 27 mil empregos na indústria automobilística, praticamente criamos uma outra indústria automobilística. Só na região do ABC, foram criados 11 mil novos empregos na indústria automobilística. Mais importante ainda, é importante a gente sempre lembrar, o Brasil passou sete anos tendo déficit comercial na sua balança; o Brasil tinha déficit de conta corrente; nós saímos de um déficit de 32 bilhões de conta corrente para um superávit de 10 bilhões, em apenas dois anos; batemos todos os records de exportação; batemos records de saldo na balança comercial e, se Deus quiser, vamos continuar batendo records atrás de records, inclusive do aumento das exportações. Dependendo do produto que importarmos, significa que estaremos fazendo a nossa indústria crescer. Se importarmos uísque, não; se importarmos outra coisa, não; mas se importarmos máquinas, certamente, o Brasil crescerá mais no ano seguinte.

Mais importante, companheiros e companheiras, eu vou amanhã a São Paulo fazer a primeira entrega da bolsa do ProUni. O ProUni foi uma forma que nós encontramos – por sugestão dos companheiros da União Nacional dos Estudantes, que colaborou conosco do começo ao fim – para garantir que milhares de jovens que prestavam vestibular, não conseguiam entrar numa escola pública, prestavam na universidade privada e não conseguiam pagar a prestação, pudessem estudar. Nós fizemos uma parceria com grande parte da



iniciativa privada na área das universidades, fizemos alguns acertos nos impostos e, em troca disso, nós conquistamos 112 mil vagas para os alunos pobres de escolas públicas poderem estudar, 64% deles com bolsa de 100% e o restante com bolsa de 50% que, ainda assim, nós vamos ajudar.

Pela primeira se instituiu, com mais firmeza, a cota para o estudante negro; com mais firmeza instituímos a cota para os povos indígenas. E vocês já começam a ver críticas em alguns meios de comunicação, porque no Brasil é assim: toda vez que o pobre começa a ter um mínimo de ascensão, aparecem os de cima, que começam a fazer crítica, porque para eles pobre tem que ser pobre a vida inteira.

Este ano nós lançamos o projeto de Biodiesel para o Nordeste, que eu considero, praticamente, o mais importante projeto que podemos fazer para este país, que é plantar mamona na área mais seca do Nordeste para produzir biodiesel, porque não é possível o barril a 50 dólares e o Brasil ficar importando petróleo por conta do diesel quando, na verdade, pode construir uma nova matriz energética na área de combustível e utilizar o nosso petróleo para exportar, para que a gente possa ganhar um pouco de dinheiro. Vamos começar agora, em fevereiro, em Belém e em 65 cidades em volta de Belém, a utilizar 2% de biodiesel no óleo diesel dos carros, dos ônibus, tratores e caminhões. E, depois, vamos estender para outra parte do Nordeste. Vamos produzir biodiesel da mamona, da palma e vamos produzir no futuro, quem sabe, biodiesel da soja. Mas, por enquanto, vamos assegurar que os mais necessitados do Nordeste brasileiro, daquela área que passa necessidade desde que o Brasil foi descoberto, porque eu já cansei de ouvir políticos falarem, com dó, do “povo da seca”, mas a seca, na verdade, virou uma indústria para “enricar” determinado tipo de político, que nem deveria existir neste país, que utiliza a miséria para poder crescer. E nós, com o biodiesel, vamos ver se conseguimos desenvolver aquela região, porque eles merecem o mesmo que qualquer outra região do país.



Também estamos num processo avançado para fazer a revitalização da água do rio São Francisco, levar um pouco de água para 10 milhões de famílias no Nordeste que não têm acesso à água desde que D.Pedro era imperador neste país. E todo governante em época de eleição promete levar, mas depois das eleições não leva. Eu me lembro que uma vez eu fui ao Ceará, ministro Eunício, e tinha um candidato que disputava comigo, e o candidato que disputava comigo foi ao Ceará e prometeu levar a água do rio São Francisco para o Ceará. Eu disse que não ia fazer antes de um estudo profundo e aí os deputados do Ceará fizeram uma nota de repúdio à minha pessoa. Isso foi em 94. Em 98 eu voltei ao Ceará e fui na Assembléia Legislativa. E eu cheguei lá e perguntei para o deputado se alguém já tinha bebido um copo da água que o meu adversário tinha prometido levar há quatro anos atrás. E eu estou muito à vontade porque nunca prometi.

Mas o Eunício sabe, o meu vice-presidente da República, num primeiro momento; o ministro Ciro Gomes, a ministra Marina, estão há um ano e meio trabalhando nesse projeto, conversando com toda gente, conversando com os estados, fazendo audiências públicas, conversando com procuradores, para que essas pessoas percebam que o rio São Francisco não vai ficar menor se a gente tirar 60m³ de água por segundo para levar para as pessoas beberem num lugar em que não chove grande parte do ano. Mas não é apenas isso.

Nós agora vamos começar, a partir de março, a trabalhar na recuperação das ferrovias brasileiras. Vamos começar a trabalhar na recuperação dos portos, já tem 270 milhões de reais para isso, porque do jeito que nós queremos que o Brasil cresça, é preciso que tenha estradas, que tenha ferrovias e que tenha portos, porque senão a gente vai passar a ter problemas por nossa incapacidade de gerenciamento, porque muitos que vieram antes de mim não se preocuparam a preparar a infra-estrutura para o crescimento que este país merece e precisa ter.



É por isso que eu quero dizer para vocês, carteiros e cartieras, empresários e políticos, não há nenhuma razão para a gente não acreditar que o Brasil vai ter um ano extraordinário. Não há nenhuma razão para a gente não acreditar que as coisas vão melhorar, que os investimentos vão ter... que a economia vai crescer e que a gente vai continuar gerando empregos. É preciso que a gente acredite e que a gente redesenhe, na nossa cabeça, o Brasil que nós queremos construir, porque se a gente ficar como um bando de madona chorona, que levanta todo dia achando que nada vai dar certo, é melhor nem sair de casa. É melhor levantar de bom humor, se não acreditar no Presidente, pelo menos acredite em vocês e façam o Brasil do tamanho que vocês esperam que ele seja; que façam o Brasil grande como vocês sonham que ele seja.

Este país está tendo uma oportunidade ímpar, está tendo uma oportunidade extraordinária, e podem ficar certos, meus companheiros dos Correios, eu não vou jogar fora esta oportunidade. Deus não elege um pernambucano de Caetés todo ano para Presidente da República. Não elege um metalúrgico todo ano para Presidente da República. Eu sei da minha responsabilidade, não apenas com o país. A minha responsabilidade é com a minha história, a minha responsabilidade é com a minha origem, a minha responsabilidade é com os meus companheiros que me fizeram nascer na política. A gente pode não fazer tudo que a gente quer, mas quem é pai aqui, sabe: o que vale a pena não é a gente ter dado o presente do tamanho que o filho queria, é a gente ter lembrado dele e ter dado um presente do tamanho que a gente podia dar. E isso, certamente, nós vamos fazer pelo Brasil.

Por isso, gente, é importante levantar a cabeça e lembrar daquela propaganda do otimismo, aquela propaganda da auto-estima: “Nós somos brasileiros, acreditamos neste país e não desistimos nunca.”

Muito obrigado e meus parabéns a todos os trabalhadores dos Correios.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos certificados a estudantes aprovados em São Paulo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni)

São Paulo-SP, 26 de janeiro de 2005

Meu caro companheiro Tarso Genro, ministro de Estado da Educação,

Meu caro companheiro José Serra, prefeito da cidade de São Paulo,

Meu caro companheiro José de Filippi, prefeito de Diadema,

Meu caro Antonio Carbonari Netto, presidente em exercício da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior,

Minhas queridas estudantes. Eu não sei se vocês perceberam o preconceito contra nós, os homens, porque não tem nenhum homem recebendo bolsa, aqui, só mulher;

Maria Cristoilma, Evelys Cristiane, Ana Maria, Maria dos Santos e Andréa Aparecida, em nome dos quais cumprimento todos os estudantes presentes, aqui, neste ato de hoje,

Meu caro Sérgio Custódio, presidente do Movimento dos Sem-Universidade,

Meu querido companheiro Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meus queridos companheiros deputados Vicentinho e Rubineli,

Meus queridos companheiros deputados estaduais,

Meus caros educadores do Brasil, diretores de escola,

Secretários municipais,

Secretários do Ministério da Educação,

Antes de ler o meu discurso, quero dizer uma coisa para vocês: nós passamos praticamente um ano e meio discutindo o que a gente iria fazer para



resolver o problema de milhares de alunos do Brasil que terminavam o colégio, às vezes prestavam um vestibular e não tinham condições de ter acesso a uma universidade pública federal que, muitas vezes, não tinha na região; e que prestavam vestibulares nas universidades particulares, às vezes próximos da sua casa, passavam, e quando chegava o começo do ano, quando iam fazer a inscrição, não eram poucos aqueles que voltavam para casa e comunicavam ao pai que não iam poder estudar porque não tinham conseguido pagar a mensalidade.

Quando o companheiro Tarso assumiu o Ministério da Educação, essa conversa voltou. Eu me lembro que um dia eu cheguei a chamar o Ministério do Trabalho para saber se a gente poderia utilizar, na época, o dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que a gente pudesse financiar bolsas de estudo. Acho que os empresários da educação sabem que eu tenho um Ministro que é empresário da educação, que é o ministro Walfrido dos Mares Guia, do Turismo. E eu dei a ele a incumbência, primeiro, de pensar no Fundo de Garantia. Mas acontece que o Fundo de Garantia tem uma restrição muito grande. Primeiro, porque é o Fundo dos trabalhadores brasileiros, e nós temos que perguntar ao Conselho Curador se pode utilizar o dinheiro. Segundo, é um dinheiro destinado, sobretudo, a áreas também nobres e necessárias ao país, que são as áreas de saneamento básico e de habitação e que, portanto, era muito difícil mexer nesse dinheiro.

Quando o companheiro Tarso me traz a proposta do ProUni, e eu acho que isso é uma demonstração de que como acontece nos grandes centros de pesquisa do mundo, acontece na política. Muitas vezes as pessoas perguntam: “por que não aconteceu antes?” Porque antes a gente não tinha a idéia maturada, a gente não tinha a idéia planejada. E agora temos e estamos tendo o gostoso prazer, a satisfação, de estarmos aqui, com vocês, numa festa memorável e que, possivelmente, para alguns que já fizeram universidade não tenha muito significado mas, possivelmente, para vocês que estão entrando



agora, o significado de ganhar uma bolsa de estudos total ou parcial é quase uma dádiva que não aparece todo dia na vida de cada um de nós.

Portanto, eu quero ler o meu pequeno discurso. Não se assustem, porque o volume é grande, mas depois dos 50 anos vocês vão perceber que todos vão ter que fazer discurso com letras maiores, para não precisar de óculos. O discurso é curto. Eu não precisaria falar mais depois da fala do ministro Tarso Genro, mas eu também, como vocês, que não são bolsistas, estou garantindo a mim, quando deixar o governo, quem sabe entrar no ProUni e fazer a universidade que não fiz antes de me tornar Presidente da República.

Mais do que as 107 mil conquistas individuais dos novos bolsistas do ProUni, o que estamos comemorando hoje é o avanço da cidadania e da democracia em nosso país. É a inclusão de tantos brasileiros e brasileiras no ensino superior.

Falo de gente que muitas vezes precisou trabalhar desde cedo, mas que nem por isso deixou de se empenhar nos seus estudos. Pessoas que sempre sonharam com uma vida melhor, que sempre buscaram aprimorar sua formação para exercer a plenitude da cidadania, dos talentos, da criatividade e da capacidade de trabalho.

O grande potencial dessas pessoas não está mais sendo desperdiçado. Com a educação superior, elas verão muitas portas serem abertas à sua frente.

A oportunidade criada pelo ProUni rompe o ciclo perverso em que pais e mães de família, sem estudo superior, ocupam sempre os piores postos de trabalho e recebem sempre os menores salários. Isto praticamente condena os seus filhos a não terem, também, as condições para cursar uma universidade.

Este ciclo criou, ao longo de nossa história, verdadeiros grupos sociais de cidadãos sem universidade: jovens pobres, especialmente negros, indígenas, habitantes da periferia dos grandes centros urbanos, portadores de deficiência física, entre outros que têm mais dificuldade de chegar à universidade.



O ingresso no ensino universitário de 107 mil alunos que não poderiam arcar com as mensalidades, num todo ou em parte é, portanto, o primeiro e extraordinário resultado do ProUni.

Mas seus grandes efeitos sobre a sociedade brasileira serão sentidos em alguns anos, quando os alunos do programa passarem a exercer suas atividades profissionais e a mudar, na prática, o perfil social de nosso país.

Meus amigos e minhas amigas,

Ao lado da expansão da universidade pública que já estamos fazendo e que vamos continuar, a criação do ProUni significa, também, uma prova de que é possível dar respostas rápidas e eficientes, mesmo aos problemas crônicos do nosso país.

O programa foi discutido, elaborado e implementando com sucesso em um período de tempo extremamente curto. Para se ter uma idéia, entre a edição da Medida Provisória do ProUni e a sanção da lei passaram-se exatamente quatro meses.

Tudo isso só foi possível porque os Ministérios, o Congresso Nacional, os movimentos estudantis e as instituições privadas e filantrópicas de ensino reconheceram a sua urgência e deram uma aula de comportamento republicano ao contribuir para sua rápida implementação.

É importante lembrar, porém, que o ProUni não é nossa única ação que tem por objetivo expandir o acesso da população ao ensino universitário.

Nos últimos dois anos, implantamos em Santos, Volta Redonda e Nova Iguaçu, três novos campi ligados às universidades federais já existentes. Outros sete campi da mesma modalidade estão sendo criados no litoral do Paraná, na cidade de Matinhos, em Garanhuns, em Vitória da Conquista, em Caruaru, no Pará, nas cidades de Marabá, Castanhal e o Bragança, em Sorocaba, em Cruzeiro do Sul, sendo que alguns desses começam a funcionar este ano.

Além disso, encaminhamos, ao Congresso Nacional, Projeto de Lei para



criar três novas universidades federais no ABC, na grande Dourados e no Recôncavo Baiano.

Esta expansão se dá no mesmo momento em que investimos na qualidade das instituições federais de ensino superior. Garantimos, no orçamento de 2005, um reajuste de suas verbas de custeio que já repõe 75% do que foi perdido nos últimos dez anos.

E há duas semanas sancionei uma lei que cria o Plano de Carreira para os 151 mil servidores técnico-administrativos que compõem os quadros de pessoal de universidades federais, escolas técnicas e agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica. Com isso, atendemos a uma reivindicação histórica da categoria, aumentamos o seu poder aquisitivo e abrimos uma melhor perspectiva de carreira.

Estamos atualmente em fase de consulta à sociedade sobre a imprescindível e necessária reforma universitária. O Ministério da Educação está empenhado em promover debates e recolher contribuições, fazendo com que tenhamos um processo de reforma realmente amplo e democrático.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero estender a todos vocês e, em especial, às meninas que receberam as bolsas, aqui, os meus mais profundos parabéns.

Saibam que o governo não está fazendo nenhuma espécie de favor. Estamos, isto sim, assegurando as condições para que vocês exerçam seus direitos, que é um compromisso do Estado brasileiro. E reconhecendo os esforços individuais e coletivos dos estudantes que tanto lutaram para ter acesso ao ensino superior.

Em poucos anos vocês estarão desempenhando, com muito mais justiça, novos papéis em nossa sociedade. Terão melhores condições sociais e, tenho certeza, poderão dar uma vida melhor aos seus filhos.

Quero lembrar a vocês que a sua entrada na universidade foi por mérito, os ingressantes do ProUni, que eram apontados como um fator de



rebaixamento da qualidade da universidade privada tiveram, no Enem, média superior àquela obtida pelos alunos das escolas privadas. Vocês, originários de escola pública, tiveram uma média de 61, e muitos alunos de algumas escolas privadas tiveram uma média nacional no Enem de apenas 54%. Era muito preconceito, o argumento de que vocês iriam rebaixar as universidades onde vocês, porventura, entrassem.

Cada um de vocês carregará a capacidade e a responsabilidade de fazer com que as mudanças que já estão em curso no país continuem a ocorrer nos próximos anos. E deverão zelar, sempre, pelo seu objetivo principal: o desenvolvimento sustentado, que dá melhores condições de vida para todos os brasileiros e brasileiras, independente de classe, raça ou gênero.

Meus amigos, minhas amigas,

Meu querido companheiro Tarso Genro,

Meu querido prefeito José Serra,

Meus caros diretores das escolas conveniadas com o ProUni,

Meus caros estudantes,

Eu penso que este é um momento que vai ficar na cabeça de vocês, não por outra coisa, mas pela oportunidade que nós estamos garantindo que vocês tenham. Oportunidade que é garantida na Constituição como obrigatoriedade. É dever do Estado garantir a todos os seus cidadãos e cidadãs o direito a estudar. Entretanto, entre o preceito constitucional e a realidade nós sabemos quantos milhões de jovens ficam fora da universidade, ou porque não tem todas as vagas, ou porque quando tem, não têm condições de pagar.

Eu penso que o Brasil, quando faz um investimento desses, me parece que foi o prefeito Serra quem disse, não pode, em nenhum momento, aceitar a tese de que nós estamos gastando dinheiro. Eu vou repetir uma coisa que eu digo há muitos anos: todo dinheiro que o Estado coloca em educação não pode ser tratado como gasto, tem que ser tratado como investimento e um investimento que trará retorno muito profundo às futuras gerações do nosso



país.

Eu queria dizer para vocês que o companheiro Tarso enfrentou algumas adversidades. O Serra já foi líder estudantil, presidente da UNE; o Tarso já foi, deve ter alguns de vocês também que já foram, e vocês sabem que durante muitos anos nós tivemos um discurso histórico, em que defendíamos, de forma muito categórica, ensino público e gratuito para todo mundo. Esse é um discurso que nós vamos continuar defendendo, porque é um sonho, é uma utopia que nós poderemos, um dia, construir.

Mas o que me deixava mais indignado é que, muitas vezes, eu fui na porta de universidade particular fazer o discurso do ensino público e gratuito, e não tinha nenhuma resposta do estudante que estava me assistindo e que, ao terminar o discurso, ele tinha que entrar para a escola. E ele falava assim: “puxa vida, esse pessoal veio aqui, falou em tudo gratuito, mas amanhã eu tenho que pagar 800 reais, 700 reais, 500 reais e ninguém disse nada para mim.” Então, agora, nós estamos dizendo. Isso é apenas o começo de uma grande revolução que a educação brasileira tem que sofrer. Até porque eu não acredito que nenhum país do mundo consiga ser definitivamente um país desenvolvido, se ele não acreditar na formação da sua gente, a partir do ensino fundamental.

Quero dizer para vocês que, com a entrada na universidade no ano de 2005, com a entrada de outros milhares de jovens, a partir dos próximos anos, com a melhoria da universidade pública, nós um dia poderemos estar reunidos num salão como este, Prefeito e Ministro, e a gente não estar apenas discutindo que o Brasil bateu o novo recorde na sua balança comercial porque exportou muita soja, exportou muito minério de ferro, exportou muito suco de laranja, exportou muito automóvel. Quem sabe não esteja longe o dia em que nós poderemos comemorar que o Brasil, além de exportar tudo isso, possa se transformar num grande exportador de conhecimento, num grande exportador de novas tecnologias e, aí sim, nós iremos nos transformar num país



verdadeiramente desenvolvido e verdadeiramente rico.

Meus queridos, posso chamá-los de filhos e filhas porque todos têm idade de serem, até os que estão aqui, na frente. Eu quero dizer para vocês que desejo a todos toda sorte do mundo, mas que vocês, por favor, não joguem fora esta oportunidade.

Possivelmente vocês tenham problemas. Se tiverem problemas, procurem alguém para resolver. Não tem problema que não tenha solução, se a gente enfrentar, ou seja, se a bolsa 100% ainda for cara para vocês, vamos tentar encontrar um jeito e vamos fazer com que a ida para a universidade não seja um castigo, mas seja uma coisa prazerosa. Que vocês, todo dia, ao se prepararem para ir à universidade, tenham a certeza de que não estão fazendo um favor a ninguém, nem a vocês mesmos, que vocês estão apenas pensando no futuro de vocês, das suas famílias e, possivelmente, estarão transformando os pais de vocês nas figuras mais alegres e mais felizes, porque todo sonho do pobre, neste país, é deixar como legado para o seu filho, não um carro, não uma casa, o que nós queremos deixar para os nossos filhos, é que eles possam ter uma boa formação profissional, que eles tenham um diploma de doutor e que eles possam, a partir daí, ser donos da discussão do seu emprego, do seu salário e possam, finalmente, conquistar a sua cidadania plena.

Que Deus abençoe a todos vocês e que a gente possa, ano que vem, fazer uma festa maior do que essa.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial

Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

Meus queridos companheiras e companheiros,

Delegados do Fórum Social Mundial,

Meu caro Cândido Grzybowski, coordenador geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas,

Meu caro John Samuel, da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza,

Senhor Guy Ryder, secretário-geral da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

Senhora Varruca Hara, do Conselho de Igrejas Africanas,

Senhora Coumba Touré, representante da Rede Africana Educação para Todos,

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu querido companheiro Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Minha querida companheira Marina Silva, ministra do Meio Ambiente,

Meu querido companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,



Meu querido companheiro Nilmário Miranda, secretário especial dos Direitos Humanos,

Minha querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para Mulheres,

Minha querida Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Meus companheiros deputados federais,

Deputados estaduais,

Dirigentes partidários,

Militantes políticos contra, a favor e muito pelo contrário,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu, se não estivesse aqui, estaria tão ou mais feliz do que assistindo essa demonstração cívica de exercício da democracia e de compromisso das organizações sociais com um dos problemas mais sérios que a humanidade já passou.

Perguntar a mim se um outro mundo é possível seria desnecessário; seria apenas necessário aliar o que aconteceu com o Fórum Social Mundial nesta sua terceira versão, e constatar que ele está mais vigoroso, mais participativo e, pela primeira vez, assumindo a responsabilidade de transformar um problema crônico da humanidade como um tema prioritário a ser defendido pelas entidades que participam das ações sociais no mundo inteiro.

Quem duvida que um outro mundo é possível, leve uma fotografia deste plenário para casa e olhe todo dia, e perceba a evolução que nós tivemos em tão pouco tempo de realização do Fórum Social Mundial. Mas não é apenas a questão do Fórum, era importante que cada companheiro, independentemente do país que seja, independentemente do partido ou do time de futebol que participe, independentemente da seita ideológica, é importante lembrar a evolução que houve na América Latina nesses últimos dois anos.



É importante lembrar que há pouco mais de dois anos, um país importante como a Argentina sequer tinha visão de eleger um presidente da República porque se imaginava que o Menem voltaria a ser presidente. O que aconteceu na Argentina, é que o companheiro Kirchner assumiu a Presidência da Argentina e está mudando não apenas a relação do governo com o seu povo, mas está contribuindo para mudar a relação entre os estados da América Latina.

É importante lembrar que no nosso querido Uruguai acaba de ter uma eleição e, depois de três derrotas, o companheiro Tabaré, finalmente é eleito presidente da República. É importante lembrar que o companheiro Nicanor Duarte conseguiu derrotar a estrutura oligárquica do Paraguai. É preciso lembrar o que aconteceu na Venezuela mais recentemente. É preciso lembrar o que aconteceu no Panamá mais recentemente, e a gente vai perceber que a evolução política na América do Sul está permitindo não apenas sonhar que um outro mundo é possível, mas está permitindo que a gente construa, dia-a-dia, a possibilidade de termos esse mundo.

Quem é que acreditava, aqui, no nosso continente, que em apenas dois anos, países que não conversavam, e posso falar do Brasil, que viveu o tempo inteiro olhando para a Europa e para os Estados Unidos, de costas para a América do Sul e de costas, na verdade, para a África. Graças a uma política externa, arrojada e prepositiva, há menos de um mês nós assinamos, na cidade de Cuzco, no Peru, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. É pouco, é pouco, certamente, mas é importante saber que todos os países da América do Sul, há pouco tempo tinha uma subordinação ao chamado mundo desenvolvido.

E nós resolvemos estabelecer entre nós uma relação de confiança, política de complementaridade, definindo a tese de que não basta a integração do discurso, discurso que é feito há muitos séculos. A integração passa por políticas concretas, passa por obras de infra-estrutura, passa por obras de



energia elétrica, de comunicação, de ferrovia, de rodovia, e é por isso que mesmo o Brasil sendo um país pobre, através do BNDES estamos participando ativamente para ajudar nas parcerias e no desenvolvimento dos países da América do Sul, sem o qual não haverá integração e, sim, apenas discurso.

É por isso que estamos fazendo parceria como nunca foi feito com a Argentina, através de uma ação positiva do governo brasileiro e do presidente Kirchner. Se depender de alguns setores da tecnocracia brasileira, nós não teremos relação com a Argentina. Se depender de uma parte da tecnocracia argentina, não teremos relação com o Brasil. Se depender de uma parte dos empresários dos dois lados, nós não teremos... Agora, a verdade é que a América do Sul e o Mercosul não serão os mesmos se Brasil e Argentina não se entenderem e não fizerem solidamente uma política de ação conjunta para passar confiança aos outros países.

Depois de criarmos a base para a comunidade Sul-Americana de Nações, nós resolvemos nos voltar para a África, para a tão querida África, com quem o Brasil tem uma dívida histórica e uma parte da elite brasileira tinha vergonha de olhar para o continente africano, olhava por cima, apenas para enxergar a Europa.

Em dois anos, eu visitei mais países da África do que todos os presidentes na história do meu país. E fiz isso porque o Brasil tem responsabilidade com a África. Nós somos a segunda nação negra do mundo, depois da Nigéria. Uma parte do que o Brasil é se deve à África. E, por isso, o Brasil tem que restabelecer a sua política com a África. Já visitei dez países, vou visitar mais três este ano. E, se Deus quiser, mais três no ano que vem, até que a gente estabeleça uma relação para saber como países como o Brasil podem ajudar os países africanos, como ajudamos Moçambique e Gabão, anistando a dívida que eles tinham com o Brasil; como fizemos com a Bolívia e como vamos fazer com o Suriname.

Eu poderia ter feito a opção de ficar dentro do meu país apenas falando



e discursando, que é mais fácil do que sair para conversar com uma pessoa que você nem entende a língua e ter que convencê-la a ser parceira, para que a gente possa encontrar uma saída conjunta, até porque eu sou daqueles que não acredita que haja saída, individualmente, para nenhum país do mundo. Ou nós nos juntamos ou não teremos saída. E juntar para que a gente aproveite a boa experiência de cada um.

Depois disso, visitamos sete países árabes. O último governante brasileiro a visitar o Líbano tinha sido D. Pedro, em 1847, por aí. Nós fizemos uma visita por sete países e vamos ter agora, em maio, um encontro histórico entre todos os representantes dos países árabes e todos os governantes da América do Sul, para que a gente estabeleça uma relação mais forte, para que a América do Sul enxergue o Oriente Médio, e para que o Oriente Médio enxergue a América do Sul. E que a gente passe a fazer transações culturais, comerciais, científicas e tecnológicas, afinal de contas, não podem ser apenas a Europa e os Estados Unidos a receberem os milhões de árabes que viajam o mundo e fazem negócios. Nós temos que mostrar que na América do Sul nós não somos seres inferiores, nós temos condições de competir em igualdade de condições.

Depois, fomos à Índia e à China. E por que nós fomos? Porque achamos que esses países grandes podem se transformar em parceiros estratégicos de países como o Brasil, para que a gente possa mudar a correlação de força dos fóruns multilaterais e para que possamos ter uma predominância da política da maioria dos países e não apenas da política dos países ricos.

Depois disso, meus companheiros e companheiras, nós criamos o G-3: Índia, Brasil e África do Sul. Depois, criamos o G-20. Eu me lembro, meu caro Presidente, que quando criamos o G-20 não faltaram pessimistas, no Brasil e lá fora, para dizer que o G-20 era um fracasso total, que nós não tínhamos força para fazer negociação. E três meses depois, em Genebra, o G-20 demonstrou não apenas que tem força, demonstrou que é possível, numa política de muita



conversação, a gente fazer com que os países ricos abram mão dos subsídios agrícolas, para permitir que os países pobres possam competir comercialmente em igualdade de condições.

Eu me lembro de quando o Brasil entrou na OMC, contra os subsídios do algodão e contra o subsídio do açúcar. Na Europa e nos Estados Unidos não faltaram pessimistas que diziam: isso não vale nada, o Brasil não vai ganhar, o Brasil vai perder porque o Brasil é fraco. E o que aconteceu é que nós ganhamos e os subsídios do algodão não favorecem só o Brasil, favorecem muito mais os países africanos que têm no algodão a base fundamental da sua economia. Os subsídios do açúcar não favorecem apenas o Brasil, mais outros países do mundo, produtores de açúcar. E, agora, estamos na luta pela unidade de um acordo comercial entre União Européia e o Mercosul. Alguns podem dizer: mas o presidente Chirac é contra, mas o primeiro ministro Schroeder é contra, mas Tony Blair é contra, mas Bush é contra.

Ora, se eles fossem a favor as coisas já estavam resolvidas, é pelo fato deles serem contra que nós temos que fazer política, é pelo fato deles serem contra que nós temos que convencê-los que conversar...Vou a Davos hoje e vou lá dizer o que estou dizendo aqui: fui convidado para ir para o G-08 e estarei lá para dizer o que eu estou dizendo aqui, porque seria muito mais fácil reunir meia dúzia de amigos, comprar meia dúzia de refrigerantes e ficar em torno de uma mesa apenas falando o que os meus amigos gostariam de ouvir. Não, eu nasci fazendo enfrentamento, aliás, eu sou de Pernambuco, de um estado muito pobre, e o pernambucano que não morre de fome antes de cinco anos de idade, já é um batalhador incansável.

Eu estou aqui porque acredito piamente que vocês estão dando o passo mais importante e o passo histórico mais sério do Fórum Social Mundial. Vocês estão deixando de ser um conjunto de pessoas, cada um discutindo o que quer para determinar o tema e transformar a questão da fome de um problema



social num problema político.

E aí, sim, quando a fome for um problema político a gente vai perceber que outros irão participar. E tem gente que nunca passou fome. Acha que isso não vale nada. Tem gente que toma café de manhã, almoça e janta e ainda toma um chá antes da meia noite para dormir, e acha que isso não vale nada. Isso é uma campanha de proselitismo, porque nunca viu uma criança morrer de fome no colo da mãe como eu vi na cidade Souza, a mãe pedindo esmola para enterrar o seu filho.

É proselitismo para quem come as calorias e as proteínas necessárias, mas para a maioria do povo brasileiro, para uma grande parte do povo da África, da América Latina e de países asiáticos, dar três pratos de comida por dia é uma verdadeira revolução que nós estamos fazendo neste planeta Terra. É, possivelmente, mais do que isso. Eu poderia fazer como no começo da minha entrada na política. Quando eu entrei na política: não pode entrar no sindicato porque só tem pelego, eu entrei, e em três anos mudamos a história do movimento sindical brasileiro. Quando eu fui criar um partido político: não pode, porque não existe cultura de trabalhador criar partido político. Em 20 anos criamos o partido político mais importante da América Latina.

E os visitantes, os de fora, não se assustem, porque estes que não querem ouvir são os filhos do PT que se rebelaram mas, um dia, é próprio da juventude, eles amadurecerão e à casa retornarão, e nós estaremos de braços abertos para recebê-los, tratando-os com o mesmo carinho com que sempre os tratamos.

Meus companheiros e companheiras do Fórum Social Mundial,

É importante que vocês tenham em conta que em setembro vai ter reunião na Assembléia Geral das Nações Unidas, é importante que o Fórum transfira a sua energia para fazer com que nós, delegados das Nações Unidas, tenhamos coragem de tomar as medidas para cumprir as Metas do Milênio. É preciso que vocês participem para que a gente possa democratizar não apenas



a ONU, mas todos os fóruns multilaterais existentes no mundo, porque a maioria dos países pobres nem participam porque não pagam, não têm direito a voto. É preciso que a gente construa uma outra força no mundo para que a gente possa mudar a geografia política, comercial e cultural.

Meu caro Presidente, quando comecei essa empreitada de visitar os países pobres e comecei a falar que era possível criar uma nova geografia comercial, alguns diziam para mim: “Presidente Lula, não faça isso, porque você está brigando com os Estados Unidos, não faça isso porque você está brigando com a União Européia.” Não, eu não estou brigando. Eu aprendi, no movimento sindical que se eu sou mais pobre, se tenho menos dinheiro e, portanto, tenho menos força, eu tenho que ter mais gente do meu lado, eu preciso juntar os iguais para que a gente possa fazer pressão e mudar a geografia existente no mundo. E eu penso que nós estamos avançando. Estamos avançando, eu diria, de forma excepcional.

Eu, que vivo o dia-a-dia, sei o quanto os Estados Unidos implicaram com o nosso companheiro Chávez, eu me lembro quando eles implicaram. Fomos nós, em Quito, em janeiro de 2003, que anunciamos: o problema da Venezuela não é um problema dos Estados Unidos, é um problema da América do Sul. E nós vamos cuidar de encontrar uma saída. Propusemos o grupo de amigos e, graças a Deus, está aí o referendo que consolidou a liderança de um dirigente.

Agora mesmo teve um problema com a Colômbia e a Venezuela. Nós não ficamos em casa não, fomos à Colômbia. Foi um companheiro meu à Venezuela para que a gente discuta e estabeleça harmonia entre as pessoas, afinal de contas, nós somos países pobres, não temos o direito de gastar a nossa energia brigando com coisas secundárias, mas produzindo riqueza para que esse povo possa ter acesso a muitos e muitos bens. E nós estamos conseguindo isso, para desgraça de alguns, para infelicidade, porque eu perdi três eleições para ganhar uma. Ganhei uma eleição. Mas o que tem de “urucubaca” torcendo para a gente não dar certo, eu tenho que levantar de



“figa” todo dia para dizer: pelo amor de Deus.

Eu queria dizer algumas coisas sobre o meu querido Brasil. Ontem, eu e o ministro Tarso Genro tivemos a alegria e o prazer de ir a São Paulo entregar as primeiras bolsas de estudo do ProUni. O ProUni é uma parceria feita entre o Ministério da Educação e o governo, com as universidades privadas, as filantrópicas que, com uma isenção, nós criamos 112 mil vagas e, ontem, 107 mil novos alunos ganharam bolsa total ou parcial, para fazerem um curso universitário que eles não poderiam fazer. Quarenta por cento dessas bolsas, gente, estão reservadas para negros e indígenas. Essa bolsa é para gente pobre, da periferia e das escolas públicas deste país.

Mas aí tem um problema, alguns companheiros que nunca tiveram problema na vida e já têm sua vaga garantida nas boas universidades públicas federais são contra essas bolsas porque, na verdade, eles são contra pobre estudar, eles são contra pobre ter acesso à universidade, porque já garantiram a vaga deles.

Está aqui a ministra Marina, se vocês não sabem, é aquela de vestido preto ali, parece até mais uma companheira da Índia ou da África. Esta companheira é ministra do Meio Ambiente. Nós, em dois anos de governo, já demarcamos 47 terras indígenas, mais do que o outro governo. Nós já transformamos, praticamente, 5 milhões de hectares em reservas florestais. Em dois anos, 500% a mais do que em dois anos do outro governo. E isso incomoda.

O programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda que já existiu, já atendeu, em dezembro, a 6 milhões e meio de famílias. E vai atender a 8 milhões e 700 mil em dezembro, a 11 milhões de pessoas em 2007, para a felicidade de quem recebe e para a desgraça de quem não quer que o povo coma, para a desgraça de quem não quer que as políticas sociais cheguem até o nosso querido povo.

Aqui, vale menos para os brasileiros, vale mais para os estrangeiros.



Quando nós pegamos este país, no dia 1º de janeiro de 2003, nós tínhamos um déficit de balança de conta corrente de 32 bilhões. Hoje, temos superávit de 10 bilhões. Nós pegamos este país com o risco-Brasil a 2.400 pontos, hoje está a 400 pontos. Nós pegamos este país sem crédito para as nossas importações, e hoje o Brasil bateu recorde de exportação: 96 bilhões de dólares; e recorde de saldo comercial: 36 bilhões de dólares.

Mas não é só isso, está aqui o Marinho, presidente da CUT, está o Grana, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que desde 1982 reclamava comigo: não tem emprego, a indústria automobilística só manda embora. E, a cada dia que passava, a indústria ficava vazia. Este ano, o Brasil bateu recorde na produção de automóveis e os empregos na indústria automobilística cresceram 27 mil e, só no ABC, para os metalúrgicos que me criaram na política, 11 mil novos empregos com carteira profissional assinada, mais uma indústria automobilística.

Vocês leram os jornais hoje, o desemprego caiu para apenas um dígito. No ano passado foram quase 2 milhões de empregos com Carteira Profissional assinada. E este ano vai crescer mais, porque nós preparamos as bases para o Brasil crescer mais, nós vamos fazer as ferrovias que faltam, as hidrovias que faltam, a energia que falta, as estradas que faltam e, certamente, nós vamos gerar mais empregos, vamos fortalecer mais a massa salarial e distribuir a renda. E os meus filhos, que saíram de casa cedo, haverão de falar: “puxa vida, eu estou pensando em voltar para aquela casa, porque a coisa está voltando a funcionar perfeitamente bem.”

Companheiros, eu não vou dar mais números sobre a economia brasileira porque eu acho que vocês vão receber material farto nesses dias, eu só queria terminar dizendo a vocês o seguinte: eu sou um homem perseverante, sou um homem determinado a fazer as coisas como podem ser feitas. Tem gente que acha que as coisas podem acontecer antes do tempo, eu sou daqueles que acreditam que tudo tem que ter uma preparação, eu sou



daqueles que preferem dar um passo menor a cada dia e não parar nunca a minha caminhada, do que dar um passo grande, ter uma distensão e ficar três meses na geladeira, sem poder caminhar mais.

E quero dizer aos companheiros do Fórum Social Mundial: não sei se no ano que vem ele vai ser feito Brasil. Queria dizer para vocês que eu não sou gaúcho, mas se pudesse continuar sendo no Rio Grande do Sul, seria uma alegria, não apenas para o gaúcho, mas para os brasileiros. Mas respeito e sei da importância que o Fórum tem para outros países. Se vocês decidirem, certamente não terão tantos brasileiros como aqui, certamente, não sei se eu poderei ir, mas podem ficar certos que, se me convidarem, não tenham dúvida de que eu irei aos Fóruns Sociais, porque eu estou Presidente da República, mas, de origem, eu sou do movimento social, de origem eu sou um militante político. Quando terminar o meu mandato eu não vou para a França, nem para os Estados Unidos fazer pós-graduação, quando eu terminar o meu mandato eu vou voltar para São Bernardo do Campo para conviver com os meus companheiros metalúrgicos, de onde eu nasci e, certamente, é para onde eu vou voltar.

E este barulho que vocês estão ouvindo agora eu ouço desde 1975, os meus ouvidos já estão calejados, preparados. De vez em quando eu vejo isto como harmonia gostosa, como parte da democracia. É um gesto democrático feito pela boca daqueles que não têm paciência de ouvir as verdades.

Muito obrigado, companheiros, e boa sorte a todos os delegados.



Respostas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a questionamentos de participantes da conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial

Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005

OBS: As perguntas foram feitas na seqüência e a fala do Presidente contempla todas as respostas.

Presidente: Posso pedir licença à mesa para começar pela última pergunta que me foi feita porque eu convivo com indagações como esta desde que comecei a minha vida sindical.

O problema é o seguinte: se nós ficarmos apenas reunidos entre nós, fazendo diagnóstico de que a situação está ruim, de que tem gente com fome, e se a gente não der passe para que a gente converse com aqueles que são responsáveis pela nossa fome, muito mais difícil será encontrarmos uma solução.

Desde a primeira vez que eu vim ao Fórum de Porto Alegre eu disse que era importante a gente vir aqui, diagnosticar as boas políticas, mas, ao regressar para os nossos países, deveríamos ter uma ação de fazer pressão em cima dos governantes, dos empresários e do sistema financeiro para que eles comesçassem a mudar de comportamento em relação a esse problema.

É por isso que eu acho que, em algum momento, vai ter que ter um encontro entre a Cúpula de Davos e a Cúpula do Fórum Social para discutirem concretamente os passos que têm que ser dados para se mudar a lógica perversa da distribuição de renda no mundo. Foi assim que eu fui a Davos, foi assim que fui a Evian, é assim que eu vou outra vez. Porque eu, que sou de um país pobre, não preciso me encontrar com outro presidente pobre para ficar



discutindo a minha pobreza. Eu não preciso me encontrar com um presidente rico para ficar dizendo que eu sou pobre. Eu tenho é que dizer para ele que é preciso criar mecanismos para acabar com a pobreza, e só se eu estiver presente.

Eu tenho dito o seguinte, gente: nós não temos que ter medo de conversar com os nossos parceiros, sejam eles mais ricos do que nós. Nós temos que estabelecer uma linha de ação. Eu vou dar um exemplo para vocês, muito concreto: a guerra do Iraque. Me digam uma coisa: qual a insensatez que levou o presidente Saddam Hussein, sabendo que estava fragilizado? Vários países do mundo se ofereceram para intermediar o acordo. Poderia citar a França, a Alemanha, o Brasil. Vários de nós nos propusemos a intermediar, não queriam nem ouvir falar. Como é que alguém aceita que o seu país seja destruído, seja pela insensatez de quem destruiu, seja pela insensatez de quem poderia ter feito todos os gestos com outros parceiros, para que a gente resolvesse o problema? Não. Preferiu achar que podia fazer tudo e não fez nada. Hoje, nós temos o Iraque na situação que está, com milhares e milhares de mortos, de vítimas e a gente não sabe quando vai parar.

Então, eu acho que toda oportunidade que eu tiver de conversar com alguém, seja empresário, governante, seja qualquer pessoa, para resolver e ser solidário à política de combate à pobreza, podem ficar certos de que eu não medirei nenhum esforço e irei dizer para eles exatamente as coisas que eu digo, todo santo dia, no meu país. Porque no meu país eu já falei bastante, mas é preciso que os outros saibam o que nós estamos pensando.

Então, a minha tese é a seguinte: nenhum país tem que pedir favor, isso se chama pedir respeito, respeito é bom, a gente gosta de dar e a gente gosta de receber e, portanto, fazer o mundo mais justo. Não é apenas obrigação dos pobres chorarem, é obrigação dos ricos compreenderem que eles não conseguirão ter um mundo de paz se a gente não acabar com a miséria no mundo de hoje. Essa é a minha tese e é por isso que eu vou aos fóruns



internacionais.

A questão da participação da mulher. Eu queria dizer para a companheira que fez a pergunta que eu me sinto feliz porque eu sou de um país em que, no meu partido, desde 1991, a participação política das mulheres é obrigatória nas instâncias deliberativas. Eu sou de um país em que a Central Sindical mais importante do meu país também tem determinado a participação proporcional das mulheres e, por isso, o Brasil tem as mulheres participando ativamente da vida política. É por isso que eu tenho uma ministra que coordena a Secretaria da Mulher, tem outra que coordena a questão da Igualdade Racial, tem outra do Meio Ambiente e tem outra de Minas e Energia. É porque eu acho que as mulheres também não têm que pedir favor.

Eu vou aproveitar e já vou responder à segunda pergunta. No Brasil, nós adotamos uma política de valorização da mulher muito interessante. Por exemplo, na questão da agricultura familiar. Nós temos um projeto para o homem, mas nós temos também um projeto de financiamento para a mulher agricultora, independentemente do seu marido. Quando nós fazemos a regularização de terra, dando os títulos, a gente não dá os títulos só para o homem, como antigamente, o título é dado em nome da mulher também, para ela se sentir dona daquela terra. No projeto Bolsa Família, o cartão de crédito é dado para a mulher, porque nós achamos que a mulher tem mais responsabilidade para cuidar da sua família do que nós mesmos, homens, e não temos vergonha de dizer isso nem aqui e nem em lugar nenhum.

A companheira Nilcéa acaba de anunciar na televisão brasileira a definição do Programa de Políticas Públicas para as Mulheres, depois de realizar conferências em muitos municípios do Brasil, nos 27 estados e fazer uma memorável conferência de 2 mil mulheres em Brasília, que definiu a política de participação das mulheres.

A questão da dívida brasileira e dos enfrentamentos que temos que fazer entre aquilo que queremos fazer e as contradições. Primeiro, lara, eu



acho que você tem claro e é importante que os meus companheiros do Fórum tenham claro. Desde que o Brasil foi descoberto, até 1994, o Brasil nunca tinha ultrapassado a sua dívida interna a 28% do PIB; nos oito anos, de 1994 a 2002, nós chegamos a ter a dívida a 58% do PIB brasileiro. O que é mais grave, lara, e você bem conhece, porque você é do ramo, você também conhece, o que é mais grave é quando o Brasil já não tinha mais credibilidade de vender títulos, o que aconteceu? O governo dolarizou a nossa dívida pública interna. E nós, quando pegamos o governo, tínhamos 47% de dívida pública dolarizada. E você sabe o quanto isso deixava o país vulnerável, o quanto poderia ter havido uma fuga de capital, como houve em 1999. O primeiro passo que nós demos foi começar a comprar a nossa dívida em dólar para que a gente não tivesse vulnerabilidade.

Este ano nós conseguimos fechar o ano com apenas – apenas não, é muito – mas com 54% apenas do PIB da nossa dívida interna, o que é uma evolução. A lara sabe, como todo militante sabe que o problema da dívida brasileira não é o montante, tem países que têm montante maior que o Brasil, o problema do Brasil é que, normalmente, a negociação se dá no curto prazo, ela vence. Este ano, lara, vão vencer 300 e poucos bilhões. E o nosso superávit só vai dar 47%, portanto nós vamos ter que negociar o restante.

Eu trabalho, lara, com a seguinte hipótese: não é pouco também o que nós investimos em política social. Eu vou dar um exemplo para você: nós saímos de 2 bilhões em políticas de combate à fome para quase 8 bilhões este ano. É muito dinheiro.

O Estatuto do Idoso incluiu 2 milhões e 800 mil brasileiros e brasileiras a mais, recebendo um salário mínimo. Eu estou dizendo de política direta. Se você analisar, lara, que este ano nós vamos ter um rombo na nossa Previdência de 40 bilhões de reais e o que o Tesouro tem que colocar, portanto, foge daquilo que o contribuinte pagou, ou seja, você percebe que nós estamos fazendo um esforço imenso para fazer com que os aposentados



recebam aquilo que têm direito. E, por isso, o Tesouro tem que colocar 40 bilhões a mais. Eu te confesso, lara, que se a gente tem 50, 100 ou 150, ainda é pouco em função do acúmulo da dívida social neste país. É um acúmulo secular e nós temos que trabalhar, a cada ano que passa, para que a gente pague essa dívida social.

Eu trabalho todo santo dia com esse sonho. Muitas vezes, muita gente se queixa do superávit. Agora, com o superávit nós pagamos apenas uma parcela daquilo que nós devemos e o resto a gente vai ter que ir rolando. E eu gostaria de, um dia, poder ter um superávit capaz de pagar, para essa dívida diminuir definitivamente.

Por último, a questão de Nova Iorque, ou melhor, a questão do G-8. A diferença de a gente estar nesses lugares, eu disse na primeira pergunta, é porque você se encontra com as pessoas com quem você não conversa. Eu tive sorte porque, em apenas dois anos, eu consegui me encontrar com dezenas de lideranças mundiais que, possivelmente, eu terminasse o meu mandato sem encontrar. Não é fácil encontrar os presidentes. Não pensem que é fácil fazer uma reunião com o presidente de um país importante. É muito difícil. É muito difícil fazer reunião com os países pequenos porque, ou eles não têm dinheiro para viajar ou, muitas vezes, os países ricos não têm interesse em ir lá.

Então, em todos os fóruns internacionais, todos, sem distinção, que eu souber que tem dirigentes de outros países, e eu seja convidado, vocês podem ficar certos de que eu não deixarei de estar presente porque, para mim, política é relação humana, política é conversa, política é convencimento. E eu não sou daqueles de ficar sentado lá em casa, olhando para a cara da minha mulher, achando que as coisas estão ruins. Eu sou daqueles que saem para a rua para tentar fazer. É por isso que eu sou um homem extremamente feliz. Eu acho que nós já fizemos, em dois anos, o que alguns tentaram fazer e não conseguiram fazer em dez anos. E acho que vamos fazer muito mais. Podem



ficar certos de que nesses próximos dois anos, se acontecer o que eu estou pensando que vai acontecer na América do Sul, as parcerias que estamos fazendo para desenvolver os países vizinhos, certamente, quando menos se esperar, a América do Sul será um continente altamente respeitado no mundo dos negócios.

Por isso, eu quero que vocês saibam que, se Deus quiser, em setembro eu estarei na ONU, outra vez. Podem ficar certos, com meu discursinho de 17 minutos, mas muito mais importante que o discurso são as reuniões que a gente faz nas ante-salas, com outros chefes de Estado. Um abraço, um aperto de mão já ajudam a gente a se aproximar e a quebrar barreiras. Por isso, eu acho que vou continuar fazendo isso, porque eu só tenho mais dois anos de mandato e eu não posso perder um segundo sequer me lamentando.

Um governante não pode se lamentar do que não fez. Ele tem que trabalhar para fazer tudo que for possível fazer.

Muito obrigado, gente, boa sorte. Que Deus abençoe a todos vocês.

Daqui a pouco vai entrar para fazer um pequeno show aqui, a nossa querida Portela, e o samba dela, o samba-enredo do carnaval deste ano é sobre as Metas do Milênio e eu quero que vocês ouçam, porque cada um de vocês, delegados que participaram do Fórum Social Mundial, tem a obrigação, pelo menos no dia de carnaval, de ouvir esta música até aprender, para a gente cantá-la, quem sabe um dia, na frente do prédio das Nações Unidas e, quem sabe, as pessoas fiquem muito mais sensíveis à luta contra a fome.



Participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum Econômico Mundial

Davos-Suíça, 28 de janeiro de 2005

Primeiro Bloco

Eu trouxe um texto que vou deixar de lado para entrar num debate que começou, não por mim, mas pelos colegas que estão aqui.

Eu penso que nós estamos começando um novo século e eu penso que é preciso, sobretudo, todos nós, governantes, empresários, intelectuais, sindicatos, igrejas, artistas, pararmos para pensar no que aconteceu no século passado, para saber se vamos continuar fazendo as mesmas coisas que fizemos no século passado ou se vamos, com a criatividade e com a nossa inteligência, pensar em fazer algo novo.

O dado concreto é que, no século passado, a distância entre os países pobres e o países ricos não diminuiu, aumentou, ou seja, quem era rico, ficou mais rico, e quem era pobre ficou mais pobre.

E tem uma coisa que é fundamental, que nós precisamos levar em conta: se nem na relação comercial entre os países nós conseguimos convencer os países ricos a não terem subsídios nos produtos em que os países pobres são mais competitivos, no resto, tudo mais fica difícil. Essa é a primeira coisa.

É preciso que se estabeleça uma política em que se dê condições dos países pobres poderem produzir, sobretudo produtos agrícolas, e vender em igualdade de condições para os países ricos; e os países ricos tirem o subsídio dos seus produtos agrícolas. Essa é uma coisa estrutural, que pode ajudar muitos países pobres.



Segundo, eu penso que é importante nós termos a certeza de que, mesmo a política de doação de recursos, feita durante o século passado, é muito dispersa, ela não tem uma coisa homogênea, não tem direção. Então, o dinheiro se perde por si só.

Quando nós levantamos a questão da fome, aqui, em Davos, ano passado, ou melhor, em 2003, acho que tivemos um relativo avanço. E o símbolo maior do avanço foi o grande encontro que nós fizemos no dia 23 de setembro deste ano, do ano passado, em Nova Iorque, com 65 chefes de Estado, e com adesão ao documento por 111 chefes de Estado.

Eu imagino que não tem uma única forma de contribuição. A primeira coisa que nós precisamos ter claro é o seguinte: é preciso que não criemos uma nova estrutura para cuidar de qualquer fundo, porque uma nova estrutura vai gastar metade do dinheiro com a burocracia da nova estrutura. É preciso utilizar o que já tem as Nações Unidas, através do Pnud, através do Ecosoc, e a gente, então, poderá criar um fundo.

Eu propus que se criasse um fundo em função das transações de armas no mundo. Mas poderia ser um fundo sobre transações financeiras, poderia ser um fundo sobre comércio mundial, poderia ser um fundo sobre o dinheiro que está nos chamados “paraísos fiscais”. Uma coisa que fosse substancialmente forte, uma coisa que fosse dirigida aos países mais pobres, ou seja, que nós pegássemos os países mais pobres, junto com organismos multilaterais, com os países coordenando a aplicação de recursos, a começar pela educação, a começar pela saúde, a começar pelo investimento em agricultura, no microcrédito. Coisas que pudessem dar a certeza que daqui a 10, 15 ou 20 anos aquele país que recebeu o auxílio não seria mais um país que precisasse ser ajudado, porque, veja, quando um país importante se dispõe a dar um fundo para ajudar a combater a AIDS, em qualquer país do mundo, mas esse país tem que comprar o remédio do país que está dando o financiamento, ou seja, muito mais para ajudar os laboratórios do que para ajudar os que estão



com AIDS, as coisas não funcionam. O país pobre vai continuar apenas vendo a sua dívida aumentar, porque não tem o compromisso, não existe uma disposição política de dizer: “a fome não é um problema de quem está com fome, a fome é um problema de quem está comendo.” Nós é que temos que assumir a responsabilidade de estendermos a mão àqueles que não estão comendo.

Então, eu não queria dizer que tem um “fundo Lula”, um “fundo Chirac”, um “fundo Lagos”, ou um “fundo Gordon Brown”, ou seja, o nome não importa, a paternidade não importa, o que importa é que a gente assuma um compromisso de que, do dinheiro que circula no mundo, uma parcela pequena pode constituir um grande fundo para que a gente possa, definitivamente, sonhar que daqui a 30 ou 40 anos a gente terá um mundo mais justo, mais equânime e mais solidário. É esse o meu sonho, é esse o meu desejo e é por isso que estou tentando brigar.

Segundo Bloco

Acredito que tem uma unanimidade, aqui, de que todo mundo tem uma preocupação de ajudar os países pobres.

O que me preocupa é quando terminar este evento, aqui, quando cada um voltar para casa, para o seu país, para os seus problemas, o que vai acontecer?

Eu ia falando de Porto Alegre, porque eu acabo de participar do Fórum Social de Porto Alegre e eu sempre acreditei que nós só íamos combater a miséria quando ela se transformasse num problema político, que começasse a preocupar o mundo inteiro.



Enquanto o problema é apenas um problema social, ele vai ser escrito por muitos acadêmicos no mundo inteiro, vai ser debatido em sindicato, igreja, partido político. Agora, quando ele se transformar num problema político, nós vamos resolver esse problema.

E eu estou dizendo isso porque ontem eu participei do Fórum de Porto Alegre, e uma decisão da coordenação do Fórum é de, a partir desse Fórum que está sendo realizado agora, eles vão começar a fazer um trabalho mais próximo das instituições multilaterais, para que elas ajam e cumpram aquilo que nós acordamos em documentos, acordos e protocolos e que, muitas vezes, não conseguem avançar, não conseguem andar, por problemas de cada país, por problemas políticos internos. Às vezes, um presidente assina um protocolo, perde as eleições. O que ganha não concorda com aquele protocolo e vai deixando as coisas acontecerem. Por isso, é preciso um organismo multilateral sério, em que todo mundo acredite e deposite confiança para poder funcionar.

Eu acho que, por exemplo, o Brasil está perdoando dívida. O Brasil perdoou a dívida, no ano passado, da Bolívia, a dívida do Gabão, a dívida de Moçambique. Não temos muito mais o que perdoar, porque também não temos muito. Agora, a verdade é que esses países já não podiam pagar.

Então, é um perdão de uma coisa que as pessoas não podiam pagar. Eles não tinham como pagar, ou seja, se eles estivessem pagando e, por serem pobres nós perdoássemos, o que eles estavam nos dando eles iriam aplicar internamente. Mas eles já não estavam pagando, então, na verdade, foi um benefício que não teve resultado imediato para aquele país que recebeu o benefício. O que eu penso é que a questão da dívida pode e deve, moral e eticamente... por exemplo, os países que estão pagando, mais pobres, o Fundo Monetário, ao invés de receber deveria fazer um acordo para que aquele dinheiro fosse investido em educação, um acordo para que aquele dinheiro fosse investido na agricultura familiar, em pesquisa interna, porque traria muito



mais benefício para o próprio Fundo, porque, senão, fica eternamente a espada na cabeça do país, ou seja, o país nem paga e nem progride.

Eu penso que, na medida em que se transforma num problema político, eu sou otimista e acho que nós vamos dar passos extraordinários para essa ajuda ao países mais pobres.

No caso do Brasil, o Brasil é um país pobre. O Brasil tinha tudo para ser um país rico, mas não é. É um país imenso, de potencial extraordinário. Durante 30 anos foi o país que mais cresceu no mundo, a percentuais extraordinários. Mas, no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a riqueza produzida não foi distribuída, ela ficou nas mãos de poucos. Então, o que sobrou foi um saldo de pobreza que nós vamos ter que resolver em algum momento.